

DIREITO PROCESSUAL CIVIL	31	14.9. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	162
Maurício Ferreira Cunha		14.10. PROCESSO NOS TRIBUNAIS	166
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	31	14.11. AÇÃO RESCISÓRIA	178
✦ QUESTÕES	33	14.12. RECURSOS	179
1. PRINCÍPIOS.....	33	14.12.1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	199
2. JURISDIÇÃO	41	14.12.2. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	200
3. AÇÃO	44	14.12.3. RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO.....	201
4. PROCESSO.....	48	15. PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	205
5. PARTES E PROCURADORES.....	48	15.1. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE	211
5.1. CAPACIDADE PROCESSUAL	48	15.2. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	213
5.2. DEVERES DAS PARTES E DOS PROCURADORES	55	15.3. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS	214
5.2.1. DAS DESPESAS, DAS MULTAS E DOS HONORÁRIOS..	57	15.4. DEFESAS DO EXECUTADO.....	215
6. LITISCONSÓRCIO.....	57	16. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CPC	217
7. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	62	16.1. AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	224
8. MINISTÉRIO PÚBLICO.....	69	16.2. AÇÃO DE USUCAPIÃO	227
9. COMPETÊNCIA.....	83	16.3. INVENTÁRIO E PARTILHA	228
10. DO JUIZ.....	95	16.4. AÇÃO MONITÓRIA	231
11. ATOS PROCESSUAIS	97	16.5. CURATELA DOS INTERDITOS.....	232
11.1. PRAZOS	104	16.6. ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES	234
11.2. CITAÇÃO	106	17. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS.....	235
11.3. NULIDADES.....	107	18. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE.....	237
11.4. DA DISTRIBUIÇÃO E DO REGISTRO.....	110	18.1. MANDADO DE SEGURANÇA.....	238
12. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	111	18.2. AÇÕES CIVIS PÚBLICAS.....	254
13. PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	114	18.3. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	296
13.1. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO....	114	18.4. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO.....	300
14. PROCEDIMENTO COMUM	115	18.5. AÇÃO POPULAR.....	304
14.1. TUTELAS PROVISÓRIAS	116	18.6. AÇÕES E OUTROS PROCEDIMENTOS CONSTITUCIONAIS.....	310
14.2. PETIÇÃO INICIAL.....	125	18.7. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE	311
14.3. RESPOSTAS DO RÉU	129	18.8. AÇÃO DE ALIMENTOS	312
14.4. REVELIA	131		
14.5. PROVAS.....	133		
14.6. AUDIÊNCIA.....	144		
14.7. SENTENÇA E COISA JULGADA	146		
14.8. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	161		

✦ DICAS (RESUMO)	315	11.2.1. CONTESTAÇÃO	335
1. JURISDIÇÃO	316	11.2.2. RECONVENÇÃO	336
1.1. EQUIVALENTES JURISDICIONAIS...	317	11.2.3. IMPEDIMENTO OU SUS- PEIÇÃO	336
1.2. LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIO- NAL	318	11.3. REVELIA	336
1.3. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL....	318	11.4. JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO	336
2. AÇÃO	319	11.5. JULGAMENTO ANTECIPADO PAR- CIAL DO MÉRITO	336
3. PARTES E PROCURADORES.....	321	11.6. PROVAS.....	337
3.1. CAPACIDADE PROCESSUAL	321	11.7. SENTENÇA E COISA JULGADA	338
3.2. DEVERES DAS PARTES E DOS PRO- CURADORES	321	12. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	340
3.3. DAS DESPESAS, DOS HONORÁ- RIOS ADVOCATÍCIOS E DAS MUL- TAS.....	321	13. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	341
3.4. DAS DESPESAS E DAS MULTAS.....	322	14. ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBU- NAIS	342
3.5. SUBSTITUIÇÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES.....	322	14.1. AÇÃO RESCISÓRIA	345
4. LITISCONSÓRCIO.....	323	15. RECURSOS.....	346
5. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	324	16. PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	348
6. MINISTÉRIO PÚBLICO	325	16.1. RESPONSABILIDADE PATRIMO- NIAL.....	348
7. COMPETÊNCIA.....	326	16.2. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO	349
8. ATOS PROCESSUAIS	328	16.3. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE.....	349
8.1. PRAZOS	328	17. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CPC	352
8.2. CITAÇÃO.....	329	17.1. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PA- GAMENTO.....	352
8.3. VALOR DA CAUSA.....	330	17.2. AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	354
8.4. NULIDADES.....	330	17.3. AÇÃO DE DEMARCAÇÃO E DIVI- SÃO DE TERRAS PARTICULARES....	354
9. PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	331	17.4. INVENTÁRIO E PARTILHA	354
9.1. PROCEDIMENTO SUMÁRIO.....	331	17.5. AÇÃO MONITÓRIA	355
9.2. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO....	331	17.6. INTERDIÇÃO	356
10. TUTELA PROVISÓRIA	332	17.7. OPOSIÇÃO.....	357
10.1. FUNDAMENTO.....	332	17.8. DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIE- DADE.....	357
10.2. CARACTERÍSTICAS.....	332	18. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA LEGIS- LAÇÃO EXTRAVAGANTE.....	358
10.3. LEGITIMIDADE E MOMENTO PARA REQUERÊ-LA.....	333	18.1. MANDADO DE SEGURANÇA.....	358
10.4. RESPONSABILIDADE PELA EFETI- VAÇÃO DE PROVIMENTOS PROVI- SÓRIOS.....	333	18.2. AÇÕES COLETIVAS	358
10.5. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊN- CIA ANTECIPADA.....	333	18.2.1. AÇÃO CIVIL PÚBLICA	359
10.6. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊN- CIA CAUTELAR.....	334	18.2.2. MANDADO DE SEGURAN- ÇA COLETIVO.....	360
10.7. FUNGIBILIDADE DAS TUTELAS CONCEDIDAS EM CARÁTER ANTE- CEDENTE.....	334	18.2.3. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	361
11. PROCEDIMENTO COMUM	334	18.2.4. AÇÕES E OUTROS PROCE- DIMENTOS CONSTITUCIO- NAIS.....	361
11.1. PETIÇÃO INICIAL.....	334		
11.2. RESPOSTA DO RÉU.....	335		

✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	361	ATOS PROCESSUAIS	367
✦ STJ	361	PRAZOS	367
AÇÃO	361	PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO.....	367
PARTES E PROCURADORES.....	361	TUTELA PROVISÓRIA	367
CAPACIDADE PROCESSUAL	361	PROCEDIMENTO COMUM.....	367
DAS DESPESAS E DAS MULTAS.....	362	RESPOSTA DO RÉU.....	367
COMPETÊNCIA.....	362	PROVAS.....	367
CITAÇÃO.....	362	SENTENÇA E COISA JULGADA	367
FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	362	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	367
PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	363	AÇÃO RESCISÓRIA	367
PROCEDIMENTO SUMÁRIO.....	363	RECURSOS	367
PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO.....	363	APELAÇÃO.....	367
TUTELA PROVISÓRIA	363	AGRAVO	367
PROCEDIMENTO COMUM.....	363	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	368
RESPOSTA DO RÉU.....	363	RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	368
PROVAS.....	363	RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO.....	368
SENTENÇA E COISA JULGADA	363	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	368
AÇÃO RESCISÓRIA	363	TÍTULO EXECUTIVO.....	368
RECURSOS	363	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	368
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	363	AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	368
RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO.....	363	INVENTÁRIO E PARTILHA	368
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	364	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA LEGISLA- ÇÃO EXTRAVAGANTE.....	368
PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	364	MANDADO DE SEGURANÇA	368
PARTES.....	364	AÇÃO POPULAR.....	369
TÍTULO EXECUTIVO	364	AÇÕES E OUTROS PROCEDIMENTOS CONSTI- TUCIONAIS.....	369
RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL.....	364		
PENHORA	364	LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	371
EXECUÇÃO DE ALIMENTOS	364	<i>Ricardo Silvares</i>	
EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	364	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	371
EXECUÇÃO FISCAL.....	365		
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CPC	365	✦ QUESTÕES.....	373
AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	365	1. LEGISLAÇÃO PERTINENTE.....	373
EMBARGOS DE TERCEIROS	365	2. PRINCÍPIOS E FUNÇÕES INSTITUCIONAIS	373
AÇÃO MONITÓRIA.....	365	3. AUTONOMIAS FUNCIONAL, ADMINIS- TRATIVA E FINANCEIRA	378
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA LEGISLA- ÇÃO EXTRAVAGANTE.....	366	4. ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ATRIBUIÇÕES DE SEUS ÓRGÃOS	380
MANDADO DE SEGURANÇA	366	5. CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	403
AÇÕES COLETIVAS.....	366	6. INSTRUMENTOS DE ATUAÇÃO E PODE- RES DE INVESTIGAÇÃO.....	407
LOCAÇÃO	366	7. INQUÉRITO CIVIL E AÇÃO CIVIL PÚBLICA.	410
		8. GARANTIAS E PRERROGATIVAS	412
✦ STF.....	366	9. DEVERES E VEDAÇÕES	417
PARTES E PROCURADORES.....	366		
CAPACIDADE PROCESSUAL	366		
DAS DESPESAS E DAS MULTAS.....	366		
COMPETÊNCIA.....	366		

10. CARREIRA	420	1.4. DA PROTEÇÃO À CRIANÇA NO ÂMBITO INTERNACIONAL	444
11. SANÇÕES DISCIPLINARES.....	423	1.5. DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	444
12. RESPONSABILIDADE CIVIL DE MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	425	2. DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDA- MENTAIS POSITIVADOS NA CF/88.....	449
✦ DICAS (RESUMO)	426	3. OUTROS INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	454
1. LEGISLAÇÃO PERTINENTE.....	426	3.1. DIREITOS HUMANOS E RACISMO..	454
2. PRINCÍPIOS E FUNÇÕES INSTITUCIONAIS	426	3.2. OUTROS INSTRUMENTOS NOR- MATIVOS DE DIREITOS HUMANOS	458
3. AUTONOMIAS FUNCIONAL, ADMINIS- TRATIVA E FINANCEIRA	427	✦ DICAS (RESUMO)	470
4. ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ATRIBUIÇÕES DE SEUS ÓRGÃOS	428	1. CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMA- NOS.....	470
5. CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	432	2. EVOLUÇÃO (GERAÇÕES).....	470
6. INSTRUMENTOS DE ATUAÇÃO E PODE- RES DE INVESTIGAÇÃO.....	432	3. A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREI- TOS HUMANOS	470
7. INQUÉRITO CIVIL E AÇÃO CIVIL PÚBLICA.	433	4. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS – CLÁUSULAS PÉTREAS.....	471
8. GARANTIAS E PRERROGATIVAS	433	5. A ONU E OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....	471
9. DEVERES E VEDAÇÕES	434	5.1. SISTEMA GLOBAL.....	471
10. CARREIRA	435	5.2. SISTEMA REGIONAL.....	472
11. PENAS DISCIPLINARES	435	6. INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA	473
✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	436	7. TRATADOS INTERNACIONAIS SOBRE DI- REITOS HUMANOS E A EMENDA CONSTI- TUCIONAL Nº 45/2004.....	473
✦ STJ	436	8. SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS.....	474
PRINCÍPIOS E FUNÇÕES INSTITUCIONAIS	436	9. INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DOS DI- REITOS HUMANOS.....	475
INSTRUMENTOS DE ATUAÇÃO E PODERES DE INVESTIGAÇÃO.....	436	10. RACISMO.....	475
INQUÉRITO CIVIL E AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	436	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	476
✦ STF	436	STF	476
INQUÉRITO CIVIL E AÇÃO CIVIL PÚBLICA	436	STJ	476
DIREITOS HUMANOS	437	DIREITO FINANCEIRO	477
<i>Lucas de Souza Leffeld</i>		<i>Lucas de Souza Leffeld</i>	
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	437	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	477
✦ QUESTÕES	439	✦ QUESTÕES	479
1. DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS.....	439	1. DAS FINANÇAS PÚBLICAS E DO ORÇA- MENTO.....	479
1.1. DO INGRESSO DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NO ORDE- NAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.	439	2. DA RESPONSABILIDADE FISCAL	480
1.2. DAS CARACTERÍSTICAS DOS DI- REITOS HUMANOS.....	440		
1.3. DO HISTÓRICO DOS DIREITOS HU- MANOS	442		

✦ DICAS (RESUMO)	481	DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL.....	490
1. DAS FINANÇAS PÚBLICAS E DO ORÇAMENTO.....	481	DO CONTROLE DO ORÇAMENTO PÚBLICO.....	490
1.1. PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS	481	✦ STJ	491
1.2. DA COMPETÊNCIA EM MATÉRIA FISCAL E ORÇAMENTÁRIA	481	DO CONTROLE DO ORÇAMENTO PÚBLICO.....	491
1.3. DO BANCO CENTRAL DO BRASIL ..	482	DA RECEITA PÚBLICA.....	491
1.4. ESPÉCIES DE ORÇAMENTO	482	DA DESPESA PÚBLICA.....	491
1.5. DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO ..	482	DO CONTROLE DO ORÇAMENTO PÚBLICO.....	491
1.6. CICLO ORÇAMENTÁRIO AMPLIADO.....	482	DOS PRECATÓRIOS.....	491
1.7. DA NATUREZA JURÍDICA DO ORÇAMENTO.....	483	DIREITO AGRÁRIO	493
1.8. DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS	483	<i>Ronaldo Vieira Francisco</i>	
2. RECEITAS E DESPESAS PÚBLICAS.....	483	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	493
2.1. ESTÁGIOS DA RECEITA	484	✦ QUESTÕES.....	495
2.2. DA DRU	484	1. DIREITO AGRÁRIO.....	495
2.3. TAXA E PREÇO PÚBLICO OU TARIFA	484	2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO BRASIL	495
2.4. DA DÍVIDA ATIVA.....	484	2.1. CAPITANIAS HEREDITÁRIAS.....	
2.5. DESPESAS PÚBLICAS	484	SESMARIAS. LEI DA TERRA	496
2.6. DOS ESTÁGIOS DA DESPESA PÚBLICA	485	3. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL	496
2.7. VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS	485	4. POLÍTICA AGRÍCOLA.....	497
2.8. EMENDAS AO PROJETO DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS.....	485	5. IMÓVEL RURAL.....	498
2.9. SISTEMA DE PRECATÓRIOS.....	487	6. REFORMA AGRÁRIA	498
2.10. NOVO REGIME FISCAL (“PEC DOS GASTOS”).....	488	7. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL	499
3. DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000).....	489	7.1. DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL PARA A REFORMA AGRÁRIA	499
3.1. DOS LIMITES DAS DESPESAS COM PESSOAL.....	489	8. CONTRATOS AGRÁRIOS	505
3.2. DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL.....	489	8.1. ARRENDAMENTO RURAL.....	505
3.3. DA GESTÃO FISCAL.....	489	9. REGISTRO PAROQUIAL	507
3.4. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E DESPESAS PÚBLICAS	489	10. TERRAS DEVOLUTAS.....	508
✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	490	11. CRÉDITO RURAL.....	510
✦ SÚMULAS DO STF.....	490	12. TERRAS OCUPADAS PELOS ÍNDIOS.....	511
DO ORÇAMENTO E DO EXERCÍCIO FINANCEIRO	490	13. IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL – ITR.....	512
DA RECEITA PÚBLICA.....	490	✦ DICAS (RESUMO)	513
DA DESPESA PÚBLICA.....	490	1. POSIÇÃO DO DIREITO AGRÁRIO.....	513
DOS PRECATÓRIOS.....	490	2. AFINIDADE DO DIREITO AGRÁRIO COM OUTRAS CIÊNCIAS TÉCNICAS E RAMOS DO DIREITO.....	513
		3. PRINCÍPIOS DE DIREITO AGRÁRIO.....	513
		4. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PROPRIEDADE RURAL NO BRASIL.....	513

4.1. SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO	514	14. DISCRIMINAÇÃO DE TERRAS DEVOLU- TAS.....	534
5. PRÉDIO RÚSTICO	514	15. CONTRATOS AGRÁRIOS	534
6. SERVIDÕES.....	515	16. TERRAS INDÍGENAS	536
7. USUCAPIÃO CONSTITUCIONAL RURAL.....	516	17. CRÉDITO RURAL.....	536
7.1. USUCAPIÃO DE TERRAS DESTITUÍ- DAS DE REGISTRO.....	519	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	537
8. COLONIZAÇÃO.....	519	1. STF.....	537
9. LEGITIMAÇÃO DA POSSE (USUCAPIÃO “PRO DESERTO”).....	519	2. STJ.....	537
10. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE.LIMI- TAÇÕES DO DIREITO DE PROPRIEDADE	520	DIREITO CIVIL	539
11. MÉTODOS DA REFORMA AGRÁRIA	521	Ronaldo Vieira Francisco	
12. DESAPROPRIAÇÃO	521	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	539
12.1. DESAPROPRIAÇÃO POR INTERES- SE SOCIAL, PARA FINS DE REFOR- MA AGRÁRIA	523	✦ QUESTÕES	543
12.2. PROCESSO DE DESAPROPRIA- ÇÃO-SANÇÃO RURAL	525	I. ASPECTOS DA CODIFICAÇÃO DE 2002	543
12.3. FLUXOGRAMA – FASE DECLARA- TÓRIA-ADMINISTRATIVA.....	526	1. ESTRUTURA	543
12.4. FLUXOGRAMA. FASE JUDICIAL.....	527	II. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DI- REITO BRASILEIRO	544
12.5. DESAPROPRIAÇÃO PARA A RE- FORMA AGRÁRIA E OS TRIBUTOS .	529	1. CONTEÚDO E FUNÇÃO DA LINDB À LUZ DA LEI 13.655/2018.....	544
12.6. NATUREZA JURÍDICA DO DECRE- TO PRESIDENCIAL	529	1.1. CARACTERÍSTICAS DAS LEIS	545
12.7. OCUPAÇÃO OU INVASÃO DO IMÓ- VEL POR MANIFESTANTES.....	529	2. EFICÁCIA DA LEI NO TEMPO (VIGÊNCIA E REVOGAÇÃO).....	546
12.8. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA	529	3. EFEITO REPRISTINATÓRIO	550
12.9. ABERTURA DA SUCESSÃO DU- RANTE A DESAPROPRIAÇÃO-SAN- ÇÃO RURAL	530	4. REPRISTINAÇÃO.....	552
12.10. DESAPROPRIAÇÃO-SANÇÃO. PE- QUENA E MÉDIA PROPRIEDADE	530	5. OBRIGATORIEDADE DAS LEIS	553
12.11. DIVERGÊNCIA ENTRE A ÁREA RE- GISTRADA E A APURADA	530	6. INTEGRAÇÃO DAS LEIS.....	555
12.12. DESAPROPRIAÇÃO-SANÇÃO E CONDOMÍNIO.....	531	7. CONFLITO DAS LEIS NO TEMPO.....	556
12.13. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. IN- TERVENÇÃO DO MP	531	8. EFICÁCIA DAS LEIS NO ESPAÇO	556
12.14. DESISTÊNCIA DA DESAPROPRIA- ÇÃO	531	9. ANTINOMIAS OU LACUNAS DE CONFLI- TO.....	561
12.15. DESMEMBRAMENTO. PERÍODO CRÍTICO.....	531	III. PARTE GERAL	562
12.16. OCUPAÇÃO ÍNFIMA DA PROPRIE- DADE.....	531	1. PESSOAS NATURAIS	562
12.17. MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO AGRÁRIA PROMOVIDAS PELA LEI N. 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017 (CONVERSÃO DA MP 759/2016)	531	1.1. PERSONALIDADE.....	562
13. IMPOSTO TERRITORIAL RURAL (ITR).....	533	1.2. CAPACIDADE.....	562
		1.3. INCAPACIDADES.....	564
		1.4. CESSAÇÃO DA INCAPACIDADE	567
		1.4.1. EMANCIPAÇÃO	567
		1.5. EXTINÇÃO DA PESSOA NATURAL..	570
		1.5.1. MORTE REAL E MORTE PRESUMIDA.....	570
		1.5.2. COMORIÊNCIA OU MORTE SIMULTÂNEA.....	572
		2. REGISTRO E AVERBAÇÃO	572
		3. DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	573
		3.1. DISPOSIÇÃO DO CORPO EM VIDA	582

3.2.	DISPOSIÇÃO DO CORPO PARA DEPOIS DA MORTE	583	8.8.3.1.	COAÇÃO DE TERCEIRO	620
3.3.	NOME	583	8.8.4.	LESÃO	621
3.4.	DIREITOS AUTORAIS	585	8.8.5.	FRAUDE CONTRA CREDORES	623
4.	AUSÊNCIA	585	8.9.	INVALIDIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO	627
5.	PESSOAS JURÍDICAS	586	8.9.1.	NULIDADE	627
5.1.	PERSONALIDADE DA PESSOA JURÍDICA	586	8.9.2.	SIMULAÇÃO	628
5.2.	PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO	587	8.9.3.	ANULABILIDADE	630
5.2.1.	ASSOCIAÇÕES	588	8.9.4.	CONFIRMAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO ANULÁVEL	634
5.2.2.	FUNDAÇÕES	589	9.	ATOS ILÍCITOS	635
5.2.3.	DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	597	10.	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	636
6.	DOMICÍLIO	597	10.1.	PRESCRIÇÃO	636
7.	BENS	601	10.1.1.	PRESCRIÇÃO ORDINÁRIA E ESPECIAL	645
7.1.	CARACTERÍSTICAS DOS BENS	601	10.1.2.	RETROATIVIDADE DA LEI PRESCRICIONAL	646
7.2.	CLASSIFICAÇÃO DOS BENS	602	10.2.	DECADÊNCIA	647
7.2.1.	CONSIDERADOS EM SI MESMOS	602	11.	PROVA	649
7.2.2.	RECIPROCAMENTE CONSIDERADOS	604	11.1.	CONFISSÃO	649
7.2.2.1.	PERTENÇAS	605	11.2.	DOCUMENTO	649
7.2.3.	QUANTO AO TITULAR DO DOMÍNIO	606	11.3.	TESTEMUNHA	650
8.	FATOS JURÍDICOS, ATO JURÍDICO E NEGÓCIO JURÍDICO	606	11.4.	PRESUNÇÃO	651
8.1.	CLASSIFICAÇÃO DOS FATOS JURÍDICOS	606	IV.	PARTE ESPECIAL	653
8.2.	GENERALIDADES E INTERPRETAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO	607	✦	DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	653
8.3.	ELEMENTOS ESSENCIAIS DO NEGÓCIO JURÍDICO	610	1.	MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES	653
8.4.	INCAPACIDADE RELATIVA COMO EXCEÇÃO PESSOAL	611	1.1.	OBRIGAÇÕES DE DAR COISA CERTA E INCERTA	653
8.5.	RESERVA MENTAL	611	1.2.	OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER	656
8.6.	REPRESENTAÇÃO	612	1.3.	OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS	657
8.7.	ELEMENTOS ACIDENTAIS DO NEGÓCIO JURÍDICO	612	1.4.	OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS	659
8.7.1.	CONDIÇÃO	612	1.5.	OBRIGAÇÕES AMBULATÓRIAS	662
8.7.2.	TERMO	614	2.	TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	663
8.7.3.	ENCARGO OU MODO	615	2.1.	CESSÃO DE CRÉDITO	663
8.8.	DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO	615	2.2.	ASSUNÇÃO DE DÍVIDA	663
8.8.1.	ERRO OU IGNORÂNCIA	615	3.	ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES	663
8.8.2.	DOLO	618	3.1.	DE QUEM DEVE PAGAR	663
8.8.2.1.	DOLO DO REPRESENTANTE	619	3.2.	OBJETO DO PAGAMENTO E SUA PROVA	665
8.8.3.	COAÇÃO	619	4.	EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES SEM PAGAMENTO	666
			4.1.	COMPENSAÇÃO	666

5. INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES	667	2. RESPONSABILIDADE CIVIL DO HOSPITAL E A DO MÉDICO.....	707
5.1. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR.....	667	3. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA.....	707
5.2. MORA	668	4. RESPONSABILIDADE CIVIL DO INCAPAZ ..	708
5.3. VIOLAÇÃO POSITIVA DO CONTRATO.....	670	5. INDENIZAÇÃO NO ESTADO DE NECESSIDADE E A AÇÃO REGRESSIVA	710
5.4. CLÁUSULA PENAL	670	6. RESPONSABILIDADE CIVIL INDIRETA OU POR FATO DE OUTREM	711
5.5. ARRAS OU SINAL	671	6.1. DOS PAIS EM RELAÇÃO AOS FILHOS.....	711
✦ CONTRATOS EM GERAL	672	6.2. DIREITO DE REGRESSO.....	715
1. PRINCÍPIOS CONTRATUAIS	672	7. RESPONSABILIDADE CIVIL DO DONO DE EDIFÍCIO OU CONSTRUÇÃO	715
1.1. PRINCÍPIO DA RELATIVIDADE DOS CONTRATOS.....	672	8. RESPONSABILIDADE DO DONO OU DETENTOR DO ANIMAL (FATO DO ANIMAL). ..	715
1.2. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA...	672	9. RESPONSABILIDADE CIVIL DA LOCADORA DE VEÍCULO	716
1.3. PROIBIÇÃO DE <i>VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM</i>	674	10. SÚMULA 221 DO STJ E OUTRAS RESPONSABILIDADES CIVIS.....	717
2. FORMAÇÃO DOS CONTRATOS	675	11. OFENSA CONTRA A PERSONALIDADE DA PESSOA JURÍDICA	718
3. ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIROS .	678	12. TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE	719
4. VÍCIOS REDIBITÓRIOS	679	13. CORREÇÃO MONETÁRIA DO DANO MORAL	722
5. EVICÇÃO.....	682	14. TRANSMISSIBILIDADE DO DEVER DE INDENIZAR	723
6. CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR	684	15. CULPA CONCORRENTE DA VÍTIMA PARA O EVENTO DANOSO.....	724
7. EXTINÇÃO DO CONTRATO.....	685	16. INDENIZAÇÃO POR INJÚRIA, DIFAMAÇÃO OU CALÚNIA	725
7.1. DISTRATO E A RESILIÇÃO UNILATERAL	685	17. RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO DE FAMÍLIA	725
7.2. CLÁUSULA RESOLUTIVA	687		
7.3. MORTE	687		
8. EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO.....	688		
✦ CONTRATOS EM ESPÉCIE.....	689	✦ DIREITO DAS COISAS	726
1. COMPRA E VENDA	689	1. DIREITOS REAIS.....	726
1.1. RETROVENDA.....	690	2. POSSE.....	727
2. DOAÇÃO	691	2.1. FÂMULO DA POSSE OU “NATURALIS POSSESSIO”	727
3. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	696	2.2. CLASSIFICAÇÃO DA POSSE.....	728
4. MANDATO	697	2.2.1. POSSE DE BOA-FÉ.....	728
5. FIANÇA	700	2.2.2. POSSE DIRETA E INDIRETA	729
6. TRANSAÇÃO	701	2.2.3. COMPOSSE	730
7. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE IMÓVEL (LEI 9.514/97).....	703	2.3. AQUISIÇÃO E PERDA DA POSSE.....	731
✦ ATOS UNILATERAIS	704	2.4. EFEITOS DA POSSE.....	735
1. GESTÃO DE NEGÓCIOS	704	3. PROPRIEDADE	739
2. PAGAMENTO INDEVIDO.....	705	3.1. VEDAÇÃO DOS ATOS EMULATIVOS OU “AD EMULATIONEM”	739
✦ RESPONSABILIDADE CIVIL.....	706	3.2. AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL	740
1. TEORIA DO NEXO CAUSAL	706		

3.2.1.	USUCAPIÃO DE IMÓVEIS...	740	6.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS OU COMUNS A TODOS OS REGIMES DE BENS.....	778
3.2.1.1.	RITOS DAS DIVERSAS MODALIDADES DE USUCAPIÃO	751	6.2.	PACTO ANTENUPCIAL.....	785
3.2.2.	ACESSÃO	751	6.3.	REGIMES EM ESPÉCIE.....	787
3.3.	AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE MÓVEL	752	6.3.1.	REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS	787
3.3.1.	TRADIÇÃO	752	6.3.2.	REGIME DE COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS.....	789
3.4.	PERDA DA PROPRIEDADE	753	6.3.3.	REGIME DE PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUESTOS	789
3.4.1.	ABANDONO	753	7.	DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DO VÍNCULO CONJUGAL	791
4.	CONDOMÍNIO EM GERAL	753	7.1.	MORTE	791
4.1.	CONDOMÍNIO VOLUNTÁRIO.....	753	7.2.	DIVÓRCIO	792
4.2.	CONDOMÍNIO EDÍLÍCIO	755	7.3.	SEPARAÇÃO	793
5.	DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS.	756	8.	PROTEÇÃO DA PESSOA DOS FILHOS.....	794
5.1.	SUPERFÍCIE.....	756	8.1.	GUARDA UNILATERAL.....	794
5.2.	SERVIDÕES	758	8.2.	GUARDA COMPARTILHADA.....	795
5.3.	USUFRUTO	759	8.3.	ALIENAÇÃO PARENTAL	797
5.4.	DIREITO DO PROMITENTE COMPRADOR.....	761	9.	RELAÇÕES DE PARENTESCO.....	799
6.	DIREITOS REAIS DE GARANTIA.....	763	9.1.	PARENTES	799
6.1.	DISPOSIÇÕES COMUNS.....	763	9.2.	FILIAÇÃO.....	802
6.2.	PENHOR ESPECIAL DE VEÍCULO....	763	9.3.	RECONHECIMENTO DOS FILHOS...	804
6.3.	HIPOTECA.....	764	9.4.	RECONHECIMENTO DE RELAÇÃO AVOENGA	809
6.3.1.	HIPOTECA LEGAL.....	764	9.5.	ADOÇÃO	810
6.3.2.	OBJETO DA HIPOTECA	765	9.6.	PODER FAMILIAR.....	814
7.	DIREITOS DE VIZINHANÇA.....	765	10.	ALIMENTOS.....	818
7.1.	USO ANORMAL DA PROPRIEDADE	765	10.1.	CANCELAMENTO CONTRADITÓRIO APÓS A MAIORIDADE	818
7.2.	PASSAGEM FORÇADA.....	766	10.2.	ALIMENTOS COMPLEMENTARES E A PLURALIDADE DE OBRIGADOS..	819
+	DIREITO DE FAMÍLIA	767	10.3.	TRINÔMIO NECESSIDADE-POSSIBILIDADE-PROPORCIONALIDADE	821
1.	PLANEJAMENTO FAMILIAR.....	767	10.4.	ALIMENTOS INDISPENSÁVEIS	822
2.	CASAMENTO	768	10.5.	RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA E COMPLEMENTAR.....	823
2.1.	CAPACIDADE PARA O CASAMENTO OU IDADE NÚBIL.....	768	10.6.	USUFRUTO DE ALIMENTOS.....	824
2.2.	PROCESSO DE HABILITAÇÃO	768	10.7.	ALIMENTOS NA LINHA COLATERAL	825
2.3.	IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS ...	769	10.8.	ALIMENTOS NATURAIS OU NECESSÁRIOS	826
2.4.	CAUSAS SUSPENSIVAS	770	10.9.	TERMO INICIAL DOS ALIMENTOS..	827
2.5.	OPOSIÇÃO DOS IMPEDIMENTOS E CAUSAS SUSPENSIVAS.....	771	10.10.	TRANSMISSÃO DOS ALIMENTOS...	828
2.6.	CELEBRAÇÃO	771	10.11.	ALIMENTOS GRAVÍDICOS	828
2.7.	LOCAL DO CASAMENTO	772	10.12.	IMPRESCRITIBILIDADE DO DIREITO AOS ALIMENTOS	830
3.	CASAMENTO VÁLIDO	773			
4.	CASAMENTO INVÁLIDO	774			
4.1.	CASAMENTO PUTATIVO	777			
5.	EFICÁCIA DO CASAMENTO	778			
6.	DIREITO PATRIMONIAL	778			

10.13. ALIMENTOS SOLIDÁRIOS.....	831	6. SUBSTITUIÇÕES.....	873
10.14. ALIMENTOS CIVIS OU CÔNGRUOS	832	6.1. FIDEICOMISSÁRIA.....	873
11. BEM DE FAMÍLIA.....	833	7. REDUÇÃO DAS DISPOSIÇÕES TESTAMEN-	875
11.1. VOLUNTÁRIO OU INSTITUÍDO.....	833	TÁRIAS.....	875
11.2. INVOLUNTÁRIO OU LEGAL.....	833	8. INVENTÁRIO E PARTILHA.....	876
12. UNIÃO ESTÁVEL.....	835	8.1. COLAÇÃO.....	876
12.1. RELAÇÕES PATRIMONIAIS.....	835	8.1.1. DISPENSA DE COLAÇÃO....	876
12.2. CONCUBINATO OU UNIÃO ESTÁ-	837	8.2. PARTILHA.....	877
VEL IMPURA.....	837	8.2.1. PARTILHA JUDICIAL DE IN-	877
12.3. UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA....	838	CAPAZ.....	877
13. TUTELA.....	838	8.2.2. CESSÃO DE DIREITOS HE-	878
14. CURATELA.....	844	REDITÁRIOS APÓS A PAR-	878
15. TOMADA DE DECISÃO APOIADA.....	848	TILHA.....	878
		8.2.3. SOBREPARTILHA DE BENS	879
		DE LIQUIDAÇÃO MOROSA	879
		OU DIFÍCIL.....	879
		8.2.4. ANULAÇÃO DA PARTILHA	879
✦ DIREITO DAS SUCESSÕES.....	849		
1. SUCESSÃO EM GERAL.....	849	✦ DISPOSIÇÕES FINAIS E	
1.1. ABERTURA DA SUCESSÃO.....	849	TRANSITÓRIAS.....	880
1.1.1. PRINCÍPIO DA “SAISINE”	850	1. REGIME DE BENS DO CÓDIGO DE 1916 E	880
EM RELAÇÃO AO PODER	850	DIVISÃO PATRIMONIAL SOB O CÓDIGO	880
PÚBLICO.....	850	DE 2002.....	880
1.1.2. NATUREZA DA SUCESSÃO	851		
ABERTA.....	851	✦ DICAS.....	882
1.2. FORO COMPETENTE PARA O IN-	852	1. ACEPÇÕES E GENERALIDADES DO DIREI-	882
VENTÁRIO.....	852	TO.....	882
1.3. CESSÃO DA HERANÇA.....	852	1.1. DIREITO E MORAL.....	882
1.4. VOCAÇÃO HEREDITÁRIA.....	854	1.2. DIREITO POSITIVO E NATURAL.....	882
1.5. ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HE-	855	1.3. DIREITO OBJETIVO E SUBJETIVO ...	882
РАНÇA.....	855	1.4. DIREITO PÚBLICO E PRIVADO.....	883
1.6. EXCLUÍDOS DA SUCESSÃO.....	856	1.5. PRECEDENTES DA CODIFICAÇÃO .	883
1.7. HERANÇA JACENTE E HERANÇA	857	1.6. CÓDIGO CIVIL DE 1916.....	883
VACANTE.....	857	1.7. CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	883
2. SUCESSÃO LEGÍTIMA.....	858	1.7.1. CARACTERÍSTICAS E PRIN-	883
2.1. ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁ-	858	CÍPIOS DA CODIFICAÇÃO	883
RIA.....	858	DE 2002.....	883
2.2. DIREITO REAL DE HABITAÇÃO.....	862	1.7.2. DIREITO CIVIL – CONSTI-	884
2.3. HERDEIROS NECESSÁRIOS.....	864	TUCIONAL. TEORIA DA	884
2.4. DIREITO DE REPRESENTAÇÃO.....	867	EFICÁCIA HORIZONTAL.....	884
3. SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA.....	868	2. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DI-	884
3.1. CAPACIDADE TESTAMENTÁRIA.....	868	REITO BRASILEIRO.....	884
3.2. CARACTERÍSTICAS DO TESTA-	869	2.1. FUNÇÃO.....	884
MENTO.....	869	2.2. FONTES DO DIREITO.....	884
3.3. FORMAS ORDINÁRIAS DE TESTA-	870	2.2.1. FONTES FORMAIS DIRE-	884
MENTO.....	870	TAS OU IMEDIATAS. FON-	884
3.3.1. TESTAMENTO CERRADO ...	870	TES NÃO-FORMAIS, INDI-	884
3.3.2. TESTAMENTO PARTICU-	871	RETAS OU MEDIATAS.....	884
LAR.....	871	2.3. LEI.....	885
4. LEGADO DE ALIMENTOS.....	872		
5. DIREITO DE ACRESCECER.....	872		

2.3.1.	ACEPÇÃO.....	885	3.4.2.	ALTERAÇÃO DO PRENO- ME	904
2.3.2.	CLASSIFICAÇÃO.....	885	3.4.3.	ALTERAÇÃO DO SOBRE- NOME.....	905
2.3.3.	VIGÊNCIA. REVOGAÇÃO. REPRISTINAÇÃO X EFEITO REPRISTINATÓRIO.....	885	3.5.	ESTADO DAS PESSOAS.....	906
2.3.4.	OBRIGATORIEDADE DAS LEIS	888	3.6.	DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	906
2.3.5.	INTEGRAÇÃO DAS LEIS	888	4.	PESSOAS JURÍDICAS.....	910
2.3.6.	APLICAÇÃO E INTERPRE- TAÇÃO DAS LEIS.....	889	4.1.	FINALIDADE. PERSONALIDADE. SOCIEDADE DE FATO E IRREGU- LAR	910
2.3.7.	CONFLITO DAS LEIS NO TEMPO.....	890	4.2.	TEORIAS DA PESSOA JURÍDICA.....	911
2.3.8.	EFICÁCIA DAS LEIS NO ES- PAÇO	891	4.3.	CONSTITUIÇÃO DA PESSOA JURÍ- DICA.....	911
2.3.9.	ATOS PERANTE AUTORI- DADE CONSULAR BRASI- LEIRA	892	4.4.	CLASSIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍ- DICA.....	912
2.3.10.	ANTINOMIAS OU LACU- NAS DE CONFLITO.....	893	4.4.1.	QUANTO À NACIONALI- DADE.....	912
2.3.11.	NOVA LEI N. 13.655, DE 25 DE ABRIL DE 2018	893	4.4.2.	QUANTO À ESTRUTURA INTERNA.....	912
			4.4.3.	QUANTO AO CAMPO DE ATUAÇÃO.....	912
✦	CÓDIGO CIVIL: PARTE GERAL	896	4.5.	ESPÉCIES DE PESSOAS JURÍDICAS	913
3.	PESSOAS.....	896	4.5.1.	ASSOCIAÇÕES.....	913
3.1.	PESSOAS NATURAIS.....	896	4.5.2.	FUNDAÇÕES	913
3.1.1.	PERSONALIDADE. CAPA- CIDADE. LEGITIMAÇÃO.....	897	4.5.3.	SOCIEDADE	915
3.1.2.	COMEÇO DA PERSONALI- DADE. NASCITURO. TEO- RIAS.....	897	4.5.4.	ORGANIZAÇÕES RELIGIO- SAS. PARTIDOS POLÍTI- COS.....	915
3.1.3.	INCAPACIDADES.....	897	4.5.5.	OUTRAS PESSOAS JURÍDI- CAS.....	915
3.1.3.1.	LEI 13.146, DE 06 DE JULHO DE 2015 (ESTATUTO DO DEFICIENTE).....	898	4.6.	DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA.....	916
3.1.4.	TEMAS DIVERSOS DE IN- CAPACIDADE.....	899	4.7.	RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO	917
3.1.5.	REPRESENTAÇÃO. AUTO- CONTRATO OU CONTRA- TO CONSIGO MESMO (CC, ARTS. 115 A 120).....	900	4.8.	RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E DE DIREITO PRIVADO PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚ- BLICOS	917
3.1.6.	MAIORIDADE. EMANCIPA- ÇÃO (CC, ART. 5º, I A V)	901	4.9.	EXTINÇÃO DA PESSOA JURÍDICA..	918
3.1.7.	EXTINÇÃO DA PESSOA NATURAL. COMORIÊNCIA.	901	5.	DOMICÍLIO	918
3.2.	AUSÊNCIA (CC, ART. 22 A 39)	902	5.1.	DOMICÍLIO DA PESSOA NATURAL	918
3.3.	DO REGISTRO E DA AVERBAÇÃO...	903	5.1.1.	ESPÉCIES DE DOMICÍLIO DA PESSOA NATURAL OU FÍSICA	918
3.4.	INDIVIDUALIZAÇÃO DA PESSOA...	903	5.2.	DOMICÍLIO DAS PESSOAS JURÍDI- CAS.....	919
3.4.1.	NOME. (CC, ART. 16 A 19) ...	903			

5.2.1.	ESPÉCIES DE DOMICÍLIO DA PESSOA NATURAL OU FÍSICA	919	7.3.4.3.	ENCARGO OU MO-DO	932
6.	BENS.....	920	7.4.	PRAZO.....	933
6.1.	GENERALIDADES.....	920	7.5.	DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO	933
6.2.	CLASSIFICAÇÃO DOS BENS.....	920	7.5.1.	GENERALIDADES	933
6.2.1.	CONSIDERADOS EM SI MESMOS.....	920	7.5.2.	ERRO OU IGNORÂNCIA	933
6.2.1.1.	BENS IMÓVEIS – CC, ARTS. 79 A 81 ..	920	7.5.3.	DOLO	934
6.2.1.2.	BENS MÓVEIS (CC, ARTS. 82 A 84)	921	7.5.4.	COAÇÃO	935
6.2.1.3.	BENS FUNGÍVEIS E INFUNGÍVEIS (CC, ART. 85)	921	7.5.5.	ESTADO DE PERIGO	935
6.2.1.4.	BENS CONSUMÍVEIS E INCONSUMÍVEIS (CC, ART. 86)	922	7.5.6.	LESÃO	936
6.2.1.5.	BENS DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS – CC, ART. 87 E 88	922	7.5.7.	FRAUDE CONTRA CREDORES	937
6.2.1.6.	BENS SINGULARES E COLETIVOS (CC, ARTS. 89 A 91).....	923	7.5.8.	DIFERENÇAS ENTRE FRAUDE CONTRA CREDORES X FRAUDE À EXECUÇÃO	938
6.2.2.	RECIPROCAMENTE CONSIDERADOS.....	923	7.6.	INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO	938
6.2.2.1.	BEM PRINCIPAL E BENS ACESSÓRIOS (CC, ARTS. 92 A 97)	923	7.6.1.	GENERALIDADES	938
6.2.3.	QUANTO AO TITULAR DO DOMÍNIO.....	924	7.6.2.	ESPÉCIES DE NULIDADE	938
6.2.3.1.	BENS PÚBLICOS E PARTICULARES (CC, ART. 98 A 103)	924	7.6.3.	NEGÓCIO JURÍDICO INEXISTENTE.....	939
7.	FATOS JURÍDICOS, ATO JURÍDICO E NEGÓCIO JURÍDICO	925	7.6.4.	NEGÓCIO JURÍDICO NULO (NULIDADE ABSOLUTA).....	939
7.1.	GENERALIDADES.....	925	7.6.5.	NEGÓCIO JURÍDICO ANULÁVEL (NULIDADE RELATIVA).....	940
7.1.1.	CLASSIFICAÇÃO	925	7.6.6.	SIMULAÇÃO	940
7.2.	AQUISIÇÃO DE DIREITOS	925	7.6.7.	ANOTAÇÕES ARTIGO POR ARTIGO DE INVALIDADE....	941
7.3.	NEGÓCIO JURÍDICO	926	7.6.8.	DIFERENÇAS ENTRE NULO X ANULÁVEL	942
7.3.1.	GENERALIDADES	926	7.7.	ATOS JURÍDICOS LÍCITOS.....	943
7.3.1.1.	CLASSIFICAÇÃO	926	7.7.1.	CLASSIFICAÇÃO	943
7.3.2.	INTERPRETAÇÃO.....	927	7.8.	ATOS JURÍDICOS ILÍCITOS	943
7.3.3.	ELEMENTOS ESSENCIAIS (RESERVA MENTAL).....	928	7.8.1.	DIFERENÇAS RESPONSABILIDADE CONTRATUAL X EXTRACONTRATUAL	943
7.3.4.	ELEMENTOS ACIDENTAIS..	929	7.8.2.	ELEMENTOS ESSENCIAIS DOS ATOS ILÍCITOS.....	943
7.3.4.1.	CONDIÇÃO	930	7.8.3.	ATOS LESIVOS NÃO ILÍCITOS.....	944
7.3.4.2.	TERMO.....	931	7.8.4.	TEMAS IMPORTANTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL. ATO ABUSIVO.....	944
			8.	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	945
			8.1.	PRESCRIÇÃO	945
			8.1.1.	PRAZOS GERAIS E ESPECIAIS DE PRESCRIÇÃO	948
			8.2.	DECADÊNCIA	948

8.3.	DIFERENÇAS ENTRE PRESCRIÇÃO X DECADÊNCIA.....	949	10.7.	INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES	969
9.	PROVA.....	950	10.7.1.	INADIMPLEMENTO ABSOLUTO	971
9.1.	GENERALIDADES.....	950	10.7.2.	MORA.....	972
9.2.	PRINCÍPIOS DA PROVA.....	950	10.7.3.	JUROS LEGAIS	974
9.3.	REGRAS IMPORTANTES SOBRE A PROVA	950	10.7.4.	CLÁUSULA PENAL	974
9.4.	MEIOS DE PROVA.....	951	10.7.5.	ARRAS OU SINAL	975
9.4.1.	CONFISSÃO	951	10.7.6.	PERDAS E DANOS	975
9.4.2.	DOCUMENTO	952	11.	CONTRATOS EM GERAL.....	975
9.4.3.	TESTEMUNHA	956	11.1.	PRINCÍPIOS CONTRATUAIS	975
9.4.4.	PRESUNÇÃO.....	957	11.2.	ELEMENTOS ESSENCIAIS DOS CONTRATOS.....	976
9.4.5.	PERÍCIA.....	958	11.3.	FORMAÇÃO DOS CONTRATOS	977
+	DIREITO CIVIL: PARTE ESPECIAL	958	11.4.	CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS	978
10.	DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.....	958	11.5.	ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIROS	979
10.1.	GENERALIDADES.....	958	11.6.	PROMESSA DE FATO DE TERCEIRO	979
10.2.	DAS DIVERSAS CLASSIFICAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES.....	958	11.7.	CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR.....	979
10.2.1.	CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	958	11.8.	VÍCIOS REDIBITÓRIOS.....	980
10.2.2.	CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	962	11.9.	EVICÇÃO.....	980
10.3.	TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	962	11.10.	CONTRATOS ALEATÓRIOS.....	981
10.3.1.	CESSÃO DE CRÉDITO.....	962	11.11.	CONTRATO PRELIMINAR.....	982
10.3.2.	ASSUNÇÃO DE DÍVIDA OU CESSÃO DE DÉBITO.....	963	11.12.	EXTINÇÃO DO CONTRATO	982
10.3.3.	CESSÃO DE CONTRATO: OU CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL	964	12.	CONTRATOS EM ESPÉCIE	983
10.4.	ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES	964	12.1.	COMPRA E VENDA	983
10.4.1.	PAGAMENTO DIRETO OU NORMAL.....	964	12.2.	TROCA OU PERMUTA.....	985
10.5.	FORMAS ESPECIAIS OU INDIRETAS DE PAGAMENTO	965	12.3.	CONTRATO ESTIMATÓRIO.....	985
10.5.1.	PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO	965	12.4.	DOAÇÃO.....	986
10.5.2.	PAGAMENTO COM SUBROGAÇÃO	966	12.5.	LOCAÇÃO DE COISAS	987
10.5.3.	IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO	966	12.6.	EMPRÉSTIMO	987
10.5.4.	DAÇÃO EM PAGAMENTO ..	966	12.7.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	988
10.6.	EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES SEM PAGAMENTO	967	12.8.	EMPREITADA (LOCAÇÃO DE OBRA)	988
10.6.1.	NOVAÇÃO	967	12.9.	DEPÓSITO	989
10.6.2.	COMPENSAÇÃO	967	12.10.	MANDATO	989
10.6.3.	CONFUSÃO.....	968	12.11.	COMISSÃO.....	990
10.6.4.	REMISSÃO DE DÍVIDAS.....	968	12.12.	AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO	991
			12.13.	CORRETAGEM	991
			12.14.	TRANSPORTE	991
			12.15.	SEGURO	991
			12.16.	CONSTITUIÇÃO DE RENDA	992
			12.17.	JOGO E APOSTA.....	993
			12.18.	FIANÇA.....	993
			12.19.	TRANSAÇÃO	994

12.20. COMPROMISSO.....	994	20. DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS.....	1029
13. ATOS UNILATERAIS.....	995	20.1. DIREITO REAL DE LAJE.....	1029
13.1. PROMESSA DE RECOMPENSA.....	995	21. DIREITOS REAIS DE GARANTIA.....	1031
13.2. GESTÃO DE NEGÓCIOS.....	995	22. DIREITO DE FAMÍLIA.....	1032
13.3. PAGAMENTO INDEVIDO.....	995	22.1. INTRODUÇÃO.....	1032
13.4. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA.....	996	22.2. CASAMENTO.....	1032
14. DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	996	22.2.1. PROCESSO DE HABILITAÇÃO. CAPACIDADE.....	1033
14.1. INTRODUÇÃO.....	996	22.2.2. IMPEDIMENTOS E CAUSAS SUSPENSIVAS.....	1033
14.2. ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	996	22.2.3. OPOSIÇÃO DOS IMPEDIMENTOS E DAS CAUSAS SUSPENSIVAS.....	1034
14.2.1. CONDUTA HUMANA E CULPA.....	996	22.2.4. CELEBRAÇÃO.....	1034
14.2.2. NEXO DE CAUSALIDADE.....	997	22.2.5. PROVAS DO CASAMENTO.....	1035
14.2.3. DANO OU PREJUÍZO.....	998	22.2.6. ESPÉCIES DE CASAMENTO VÁLIDO E INVÁLIDO.....	1035
14.3. RESPONSABILIDADE DO INCAPAZ.....	999	22.2.7. REGIME DE BENS E PACTO ANTENUPCIAL.....	1036
14.4. ATIVIDADE LÍCITA DE RISCO.....	1000	22.2.8. INVALIDADE DO CASAMENTO.....	1037
14.5. RESPONSABILIDADE POR FATO DE OUTREM OU INDIRETA.....	1000	22.2.9. DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO E DA SOCIEDADE CONJUGAL.....	1040
15. DIREITOS DAS COISAS.....	1001	22.2.10. PROTEÇÃO DA PESSOA DOS FILHOS.....	1041
15.1. POSSE.....	1002	22.3. RELAÇÕES DE PARENTESCO.....	1043
15.2. TEORIAS SOBRE A POSSE.....	1002	22.3.1. FILIAÇÃO.....	1043
15.2.1. ALGUMAS CLASSIFICAÇÕES DA POSSE.....	1003	22.3.2. RECONHECIMENTO DOS FILHOS.....	1044
15.2.2. AQUISIÇÃO E PERDA DA POSSE.....	1003	22.3.3. ADOÇÃO.....	1045
15.2.3. EFEITOS DA POSSE.....	1004	22.3.4. PODER FAMILIAR.....	1046
15.3. PROPRIEDADE.....	1008	22.4. ALIMENTOS.....	1048
15.3.1. DESCOBERTA.....	1009	✦ JURISPRUDÊNCIA DO STF E STJ.. 1048	
15.3.2. AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL.....	1009	22.5. BEM DE FAMÍLIA.....	1053
15.3.3. AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE MÓVEL.....	1017	22.6. UNIÃO ESTÁVEL.....	1054
15.3.4. PERDA DA PROPRIEDADE.....	1018	22.7. TUTELA. CURATELA.....	1056
15.4. PROPRIEDADE RESOLÚVEL.....	1018	23. DIREITO DAS SUCESSÕES.....	1063
15.5. PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA.....	1019	23.1. ABERTURA DA SUCESSÃO.....	1063
16. DIREITOS DE VIZINHANÇA.....	1019	23.2. ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA.....	1063
16.1. USO ANORMAL DA PROPRIEDADE.....	1019	23.3. ESPÉCIES DE SUCESSÃO.....	1064
16.2. ÁRVORES LIMÍTROFES.....	1019	23.4. ADMINISTRAÇÃO DA HERANÇA.....	1064
16.3. PASSAGEM FORÇADA.....	1019	23.5. VOCAÇÃO HEREDITÁRIA.....	1065
16.4. PASSAGEM DE CABOS E TUBULAÇÕES.....	1019	23.6. EXCLUÍDOS DA SUCESSÃO.....	1065
16.5. ÁGUAS.....	1020	23.7. HERANÇA JACENTE E VACANTE.....	1066
16.6. LIMITES ENTRE PRÉDIOS E DIREITO DE TAPAGEM.....	1020	23.8. PETIÇÃO DE HERANÇA.....	1066
16.7. DIREITO DE CONSTRUIR.....	1020		
17. CONDOMÍNIO.....	1020		
18. PROPRIEDADE RESOLÚVEL.....	1028		
19. PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA.....	1028		

23.9. SUCESSÃO LEGÍTIMA (ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁRIA)	1066	24.8. OBRIGATORIEDADE DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 DURANTE A VACATIO LEGIS	1076
23.9.1. HERDEIROS NECESSÁRIOS	1068	24.9. LOCAÇÃO DE PRÉDIO URBANO	1076
23.10. DIREITO DE REPRESENTAÇÃO	1068	24.10. PROIBIÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE NOVAS ENFITEUSES E SUBENFITEUSES	1076
23.11. SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	1068	24.11. REGIME DE BENS DE CASAMENTOS REALIZADOS SOB O CÓDIGO CIVIL DE 1916	1077
23.11.1. FORMAS ORDINÁRIAS DE TESTAMENTO	1069	24.12. ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁRIA E RESTRIÇÃO AOS BENS DA LEGÍTIMA	1077
23.11.2. CODICILOS	1069	24.13. VIGÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES PROCESSUAIS, ADMINISTRATIVAS OU PENAIS	1078
23.11.3. TESTAMENTO ESPECIAIS ...	1069	24.14. DATA DA ENTRADA EM VIGOR DO NOVO CÓDIGO CIVIL	1078
23.11.4. DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS	1069		
23.11.5. LEGADOS	1070		
23.11.6. DIREITO DE ACRESCER ENTRE HERDEIROS E LEGATÁRIOS	1070		
23.11.7. SUBSTITUIÇÕES. FIDEICOMISSO	1071		
23.11.8. DESERDAÇÃO	1071	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	1078
23.11.9. REDUÇÃO DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS	1071	✦ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .	1078
23.11.10. REVOGAÇÃO DO TESTAMENTO	1071	1. SÚMULAS DO STF – PARTE GERAL	1078
23.11.11. ROMPIMENTO DO TESTAMENTO	1072	2. SÚMULAS DO STF – OBRIGAÇÕES	1079
23.11.12. TESTAMENTEIRO	1072	3. SÚMULAS DO STF – CONTRATOS	1079
23.12. INVENTÁRIO	1072	4. SÚMULAS DO STF – RESPONSABILIDADE CIVIL	1080
23.13. SONEGADOS	1072	5. SÚMULAS DO STF – COISAS	1080
23.14. COLAÇÃO	1072	6. SÚMULAS DO STF – FAMÍLIA	1081
23.15. PARTILHA	1073	7. SÚMULAS DO STF – SUCESSÕES	1081
23.16. SUCESSÃO DO COMPANHEIRO	1074		
24. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	1074	✦ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1081
24.1. PRAZOS REDUZIDOS PELO NOVO CÓDIGO CIVIL	1074	1. SÚMULAS DO STJ – PARTE GERAL	1081
24.2. PRAZOS DE USUCAPIÃO	1074	2. SÚMULAS STJ – OBRIGAÇÕES	1083
24.3. PRAZOS PARA A CONFIGURAÇÃO DA DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL ...	1075	3. SÚMULAS DO STJ – CONTRATOS	1083
24.4. CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÕES, SOCIEDADES E FUNDAÇÕES	1075	4. SÚMULAS DO STJ – RESPONSABILIDADE CIVIL	1084
24.5. FUNDAÇÕES INSTITUÍDAS SOB O CÓDIGO CIVIL DE 1916	1075	5. SÚMULAS DO STJ – COISAS	1085
24.6. MODIFICAÇÃO DOS ATOS CONSTITUTIVOS, TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO	1075	6. SÚMULAS DO STJ – FAMÍLIA	1085
24.7. DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO	1076		
		DIREITO CONSTITUCIONAL	1087
		<i>Paulo Lépore</i>	
		TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	1087
		✦ QUESTÕES	1089
		1. CONSTITUIÇÃO. CONCEITO. CLASSIFICAÇÃO. APLICABILIDADE E INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS. SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO	1089

2.	PODER CONSTITUINTE. CONCEITO, FINALIDADE, TITULARIDADE E ESPÉCIES. REFORMA DA CONSTITUIÇÃO. CLÁUSULAS PÉTREAS.....	1096	6.2.	CONTROLE CONCENTRADO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL.....	1181
3.	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA	1100	7.	DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	1184
4.	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	1101	8.	TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO.....	1186
4.1.	DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS	1113	9.	ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA.....	1188
4.2.	AÇÕES OU REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS.....	1117	10.	ORDEM SOCIAL.....	1193
4.3.	DIREITOS DA NACIONALIDADE.....	1120	11.	DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS.....	1199
4.4.	DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS	1122	★	DICAS	1201
5.	ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	1125	1.	TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	1201
5.1.	ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	1129	1.1.	CONCEITO DE DIREITO CONSTITUCIONAL	1201
5.2.	ENTES FEDERADOS E DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	1131	1.2.	OBJETO DO DIREITO CONSTITUCIONAL	1201
5.3.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1136	1.3.	FORMAÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONAL	1201
5.3.1.	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1138	1.4.	CONSTITUCIONALISMO	1201
5.3.2.	DIREITOS DO SERVIDOR..... REMUNERAÇÃO, CUMULAÇÃO DE CARGOS E GREVE..	1140	1.4.1.	CONCEITO.....	1201
5.3.3.	RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO.....	1142	1.4.2.	ETAPAS OU CICLOS CONSTITUCIONAIS	1201
5.4.	SEPARAÇÃO DOS PODERES.....	1143	1.4.2.1.	CONSTITUCIONALISMO PRIMITIVO (APROXIMADAMENTE DE 30.000 A. C. ATÉ 1.000 A. C.)	1201
5.4.1.	PODER LEGISLATIVO.....	1143	1.4.2.2.	CONSTITUCIONALISMO ANTIGO (APROXIMADAMENTE DE 1.000 A.C. AO SÉC. V D. C.).....	1201
5.4.1.1.	PROCESSO LEGISLATIVO	1148	1.4.2.3.	CONSTITUCIONALISMO MEDIEVAL (SÉC. V A XVIII)	1201
5.4.1.2.	FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.....	1153	1.4.2.4.	CONSTITUCIONALISMO MODERNO (SÉC. XVIII A SÉC. XX)	1201
5.4.2.	PODER EXECUTIVO	1155	1.4.2.5.	CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO (SÉC. XX A SÉC. XXI)	1202
5.4.3.	PODER JUDICIÁRIO.....	1158	1.4.2.6.	NEOCONSTITUCIONALISMO (SÉC. XX E SÉC. XXI)	1202
5.4.4.	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	1161			
5.4.5.	SÚMULA VINCULANTE.....	1163			
5.5.	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA..	1165			
6.	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. SISTEMAS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	1174			
6.1.	CONTROLE DIFUSO	1178			

1.5.	TRANSCONSTITUCIONALISMO	1202	1.24.1.	PRINCÍPIOS ENUNCIADOS POR CANOTILHO	1209
1.6.	PÓS-POSITIVISMO.....	1203	1.24.2.	OUTROS PRINCÍPIOS.....	1209
1.7.	NEOPOSITIVISMO.....	1203	1.25.	CLASSIFICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS SEGUNDO JO- SÉ AFONSO DA SILVA.....	1210
1.8.	TRANSCONSTITUCIONALISMO	1203	1.26.	CONSTITUIÇÃO, COSMOPOLITIS- MO E ESTADO CONSTITUCIONAL COOPERATIVO	1210
1.9.	CONCEPÇÕES DE CONSTITUIÇÃO	1203	1.27.	FILOSOFIA CONSTITUCIONAL	1210
1.10.	SUPREMACIA CONSTITUCIONAL...	1204	1.28.	TEORIAS DO DISCURSO E DA AR- GUMENTAÇÃO.....	1211
1.11.	CLASSIFICAÇÃO OU TIPOLOGIA DAS CONSTITUIÇÕES	1204	2.	PODER CONSTITUINTE E DIREITO CON- STITUCIONAL INTERTEMPORAL	1211
1.11.1.	QUANTO À ORIGEM.....	1204	2.1.	PODER CONSTITUINTE	1211
1.11.2.	QUANTO AO CONTEÚDO..	1204	2.1.1.	ESPÉCIES DE PODER CONSTITUINTE	1212
1.11.3.	QUANTO À FORMA	1204	2.1.2.	LIMITAÇÕES AO PODER CONSTITUINTE DERIVA- DO	1212
1.11.4.	QUANTO À ESTABILIDADE	1204	2.1.3.	REVISÃO CONSTITUCIO- NAL	1213
1.11.5.	QUANTO À EXTENSÃO	1204	2.1.4.	MUTAÇÃO CONSTITUCIO- NAL	1213
1.11.6.	QUANTO À FINALIDADE ...	1205	2.2.	DIREITO CONSTITUCIONAL INTER- TEMPORAL	1213
1.11.7.	QUANTO AO MODO DE ELABORAÇÃO	1205	3.	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	1215
1.11.8.	QUANTO À IDEOLOGIA.....	1205	3.1.	FUNDAMENTOS DA REPÚBLICA ...	1215
1.11.9.	QUANTO AO VALOR OU ONTOLOGIA (KARL LOE- WESTEIN).....	1205	3.2.	FEDERALISMO.....	1215
1.12.	COMPONENTES DA CONSTITUI- ÇÃO FEDERAL DE 1988.....	1205	3.3.	PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO	1215
1.13.	ELEMENTOS DAS CONSTITUIÇÕES	1206	3.4.	PODERES DA UNIÃO	1215
1.14.	BLOCO DE CONSTITUCIONALIDA- DE.....	1206	3.5.	OBJETIVOS FUNDAMENTAIS	1215
1.15.	CONVENÇÕES CONSTITUCIONAIS	1206	3.6.	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	1216
1.16.	NORMAS, POSTULADOS NORMA- TIVOS, PRINCÍPIO E REGRAS	1206	3.7.	PRECEITOS FUNDAMENTAIS.....	1216
1.17.	COLISÃO DE DIREITOS FUNDA- MENTAIS.....	1206	4.	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	1216
1.18.	EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁ- CIA DAS NORMAS CONSTITUCIO- NAIS.....	1207	4.1.	TEORIA GERAL	1216
1.19.	CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS QUANTO À EFICÁCIA	1207	4.2.	DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS	1220
1.20.	CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS MATERIALMENTE CONSTITUCIO- NAIS (SEGUNDO LUÍS ROBERTO BARROSO).....	1207	4.3.	AÇÕES OU REMÉDIOS CONSTITU- CIONAIS.....	1235
1.21.	EFICÁCIA DOS PRINCÍPIOS CON- STITUCIONAIS (SEGUNDO LUÍS RO- BERTO BARROSO).....	1208	4.3.1.	HABEAS CORPUS	1235
1.22.	MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL	1208	4.3.2.	MANDADO DE SEGURAN- ÇA.....	1236
1.23.	LEITURA MORAL DA CONSTITUI- ÇÃO	1209	4.3.3.	MANDADO DE SEGURAN- ÇA COLETIVO.....	1237
1.24.	PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL	1209	4.3.4.	HABEAS DATA	1238
			4.3.5.	MANDADO DE INJUNÇÃO	1238
			4.3.6.	AÇÃO POPULAR	1239
			5.	DIREITOS SOCIAIS	1241

5.1.	TEORIA GERAL	1241	10.1.2.	COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI...	1264
5.2.	TRABALHADOR DOMÉSTICO	1242	10.1.3.	TRIBUNAL DE CONTAS	1267
6.	DIREITOS DA NACIONALIDADE.....	1244	10.1.4.	PROCESSO LEGISLATIVO...	1268
6.1.	BRASILEIROS NATOS.....	1244	10.2.	PODER EXECUTIVO.....	1270
6.2.	BRASILEIROS NATURALIZADOS....	1244	10.3.	PODER JUDICIÁRIO	1273
6.3.	CARGOS PRIVATIVOS DE BRASILEIROS NATOS.....	1245	10.3.1.	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ.....	1278
6.4.	PERDA DA NACIONALIDADE	1245	10.3.2.	PRECEDENTES E SÚMULA VINCULANTE	1280
6.5.	MEDIDAS DE EXCLUSÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL	1245	11.	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	1281
6.6.	EXTRADIÇÃO.....	1246	11.1.	MINISTÉRIO PÚBLICO	1281
6.7.	IDIOMA OFICIAL	1247	11.2.	ADVOCACIA PÚBLICA.....	1286
7.	DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS	1247	11.3.	ADVOCACIA	1287
7.1.	CONCEITOS FUNDAMENTAIS.....	1247	11.4.	DEFENSORIA PÚBLICA	1287
7.2.	CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA	1247	12.	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE..	1288
7.3.	ALISTAMENTO E VOTO	1247	12.1.	BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE.....	1288
7.4.	CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE....	1247	12.2.	EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL	1288
7.5.	SISTEMAS ELEITORAIS	1248	12.3.	FORMAS DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	1289
7.6.	INELEGIBILIDADE REFLEXA.....	1249	12.3.1.	CONTROLE PRÉVIO OU PREVENTIVO.....	1289
7.7.	ELEGIBILIDADE DO MILITAR	1249	12.3.2.	CONTROLE POSTERIOR OU REPRESSIVO.....	1289
7.8.	HIPÓTESES DE INELEGIBILIDADE..	1249	12.4.	CONTROLE JURISDICIONAL.....	1290
7.9.	IMPUGNAÇÃO DO MANDATO ELETTIVO.....	1250	12.4.1.	CONTROLE DIFUSO	1290
7.10.	PARTIDOS POLÍTICOS.....	1250	12.4.2.	CONTROLE CONCENTRADO	1293
8.	ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	1250	12.4.2.1.	ADI	1296
8.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS	1250	12.4.2.2.	ADC.....	1300
8.2.	INTERVENÇÃO	1252	12.4.2.3.	ADI POR OMISSÃO	1300
8.3.	ENTES FEDERADOS E DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	1252	12.4.2.4.	ADI INTERVENTIVA.....	1301
8.3.1.	COMPETÊNCIA DA UNIÃO	1253	12.4.2.5.	ADPF.....	1301
8.3.2.	COMPETÊNCIA DOS ESTADOS E COMPETÊNCIA CONCORRENTE.....	1255	12.5.	CONTROLE CONCENTRADO ESTADUAL.....	1302
8.3.3.	COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS	1256	12.6.	RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL	1303
9.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1257	12.7.	HERMENÊUTICA NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	1304
9.1.	CONSTITUIÇÃO E A ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	1257	12.8.	TÉCNICAS DE DECISÕES NO DIREITO COMPARADO E O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	1306
9.2.	PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1257	13.	DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	1307
9.3.	DISPOSIÇÕES GERAIS	1258	13.1.	ESTADO DE DEFESA	1307
9.4.	SERVIDORES PÚBLICOS	1258			
10.	SEPARAÇÃO DOS PODERES.....	1262			
10.1.	PODER LEGISLATIVO.....	1262			
10.1.1.	IMUNIDADES	1263			

13.2. ESTADO DE SÍTIO.....	1307	✦ DICAS (RESUMO)	1389
13.3. FORÇAS ARMADAS E SEGURANÇA PÚBLICA	1307	1. ACENTUAÇÃO.....	1389
14. TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO.....	1308	1.1. REGRAS DE ACENTUAÇÃO GRÁFICA.....	1389
14.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1308	1.2. PROPAROXÍTONAS	1389
14.2. PRINCÍPIOS.....	1308	1.3. PAROXÍTONAS.....	1389
14.3. ORÇAMENTO.....	1309	1.3.1. OBSERVAÇÕES	1389
15. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	1310	1.4. OXÍTONAS.....	1389
15.1. PRINCÍPIOS DA ORDEM ECONÔMICA	1310	1.5. MONOSSÍLABOS.....	1390
15.2. EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS PELO ESTADO	1310	1.5.1. MONOSSÍLABOS TÔNICOS.....	1390
15.3. POLÍTICA URBANA.....	1310	1.5.2. MONOSSÍLABOS ÁTONOS.....	1390
15.4. POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA.....	1310	1.5.3. OBSERVAÇÕES	1390
15.5. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	1311	1.6. REGRAS ESPECIAIS.....	1390
16. ORDEM SOCIAL.....	1311	2. REFORMA ORTOGRÁFICA	1390
16.1. SEGURIDADE SOCIAL	1311	2.1. ACENTO AGUDO.....	1390
16.2. EDUCAÇÃO.....	1312	2.2. ACENTO DIFERENCIAL	1391
16.3. CULTURA.....	1313	2.3. ACENTO CIRCUNFLEXO	1391
16.4. MEIO AMBIENTE	1313	2.4. TREMA.....	1391
16.5. FAMÍLIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE, JOVEM E IDOSO	1313	2.5. ALFABETO.....	1391
16.6. ÍNDIOS	1314	2.6. HÍFEN.....	1391
		2.6.1. USO DO HÍFEN	1392
LÍNGUA PORTUGUESA.....	1315	2.7. ORTOGRAFIA.....	1392
Duda Nogueira		2.7.1. VOCÁBULOS MUITO EXIGIDOS EM CONCURSOS.....	1392
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1315	3. GRAUS DOS ADJETIVOS.....	1392
✦ QUESTÕES	1317	3.1. COMPARATIVO	1392
1. ACENTUAÇÃO.....	1317	3.2. SUPERLATIVO.....	1392
2. ORTOGRAFIA E SEMÂNTICA.....	1319	3.2.1. ABSOLUTO.....	1392
3. PRONOME E COLOCAÇÃO PRONOMINAL.....	1325	3.2.2. SUPERLATIVO RELATIVO.....	1392
4. VERBO	1330	4. PRONOME	1392
5. ANÁLISE SINTÁTICA.....	1337	4.1. PESSOAL.....	1392
6. PERÍODO COMPOSTO	1339	4.2. DEMONSTRATIVO	1392
7. CONCORDÂNCIA	1342	4.3. RELATIVO	1392
8. REGÊNCIA	1349	5. VERBO	1393
9. CRASE.....	1352	5.1. MODOS.....	1393
10. PONTUAÇÃO	1355	5.2. TEMPOS.....	1393
11. FIGURAS DE LINGUAGEM	1358	5.2.1. PRESENTE.....	1393
12. COESÃO, COERÊNCIA E REESCRITA DE FRASES.....	1360	5.2.2. FUTURO	1393
		5.2.3. PRETÉRITO.....	1393
✦ DICA COMPLEMENTAR	1367	5.3. VOZES VERBAIS	1393
13. PROCESSOS DE FORMAÇÃO DAS PALAVRAS	1367	5.3.1. VOZ ATIVA.....	1393
14. INTERPRETAÇÃO DE TEXTO.....	1377	5.3.2. VOZ PASSIVA.....	1393
		5.3.2.1. PASSIVA ANALÍTICA.....	1393
		5.3.2.2. PASSIVA SINTÉTICA.....	1393
		5.3.3. VOZ REFLEXIVA.....	1393

6. ANÁLISE SINTÁTICA.....	1393	15.3.3.2. SILEPSE DE NÚ- MERO.....	1400
6.1. FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO.....	1393	15.3.3.3. SILEPSE DE PES- SOA.....	1400
6.2. SUJEITO.....	1393	15.3.4. POLISSÍNDETO / ASSÍNDE- TO.....	1400
6.3. PREDICAÇÃO VERBAL.....	1394	15.3.5. PLEONASMO.....	1400
6.4. PREDICATIVO: QUALIFICA O SU- JEITO OU O OBJETO.....	1394	15.3.6. ANÁFORA.....	1400
6.5. PREDICADO.....	1394	15.3.7. ANACOLUTO.....	1400
6.6. COMPLEMENTOS VERBAIS.....	1394	15.3.8. HIPÉRBATO / INVERSÃO.....	1401
6.7. AGENTE DA PASSIVA.....	1394	15.4. FIGURAS DE SOM.....	1401
6.8. COMPLEMENTO NOMINAL.....	1394	15.4.1. ALITERAÇÃO.....	1401
6.9. ADJUNTO ADVERBIAL.....	1394	15.4.2. ASSONÂNCIA.....	1401
6.10. APOSTO.....	1394	15.4.3. ONOMATOPEIA.....	1401
6.11. VOCATIVO.....	1394	15.5. VÍCIOS DE LINGUAGEM.....	1401
7. PERÍODO COMPOSTO.....	1394	15.5.1. PLEONASMO VICIOSO OU REDUNDÂNCIA.....	1401
7.1. COORDENAÇÃO.....	1394	15.5.2. BARBARISMO.....	1401
7.2. SUBORDINAÇÃO.....	1395	15.5.3. SOLECISMO.....	1401
8. CONCORDÂNCIA VERBAL.....	1395	15.5.4. AMBIGUIDADE OU ANFI- BOLOGIA.....	1402
9. CONCORDÂNCIA NOMINAL.....	1395	15.5.5. CACOFONIA.....	1402
10. REGÊNCIA VERBAL.....	1395	15.5.6. ECO.....	1402
11. REGÊNCIA NOMINAL.....	1395	15.5.7. HIATO.....	1402
12. CRASE.....	1396	15.5.8. COLISÃO.....	1402
13. PONTUAÇÃO.....	1396	16. INTERPRETAÇÃO DE TEXTO.....	1402
14. COLOCAÇÃO PRONOMINAL.....	1397	16.1. TIPOLOGIA TEXTUAL.....	1402
15. FIGURAS DE LINGUAGEM.....	1397	16.2. GÊNEROS TEXTUAIS.....	1403
15.1. FIGURA DE PALAVRA.....	1397	16.3. ARGUMENTAÇÃO.....	1404
15.1.1. METÁFORA.....	1397	16.3.1. ARGUMENTAÇÃO POR CI- TAÇÃO.....	1404
15.1.2. METONÍMIA.....	1398	16.3.2. ARGUMENTAÇÃO POR COMPROVAÇÃO.....	1404
15.1.3. CATACRESE.....	1398	16.3.3. ARGUMENTAÇÃO POR RA- CIOCÍNIO LÓGICO.....	1404
15.1.4. PERÍFRASE.....	1398	16.4. PRESSUPOSTOS E SUBENTEN- DIDOS.....	1404
15.1.5. SINESTESIA.....	1398	16.4.1. PRESSUPOSTOS.....	1404
15.2. FIGURAS DE PENSAMENTO.....	1398	16.4.2. SUBENTENDIDOS.....	1405
15.2.1. ANTÍTESE.....	1398	16.5. NÍVEIS DE LINGUAGEM.....	1405
15.2.2. PARADOXO.....	1398	16.6. DISCURSO DIRETO E INDIRETO.....	1406
15.2.3. EUFEMISMO.....	1399		
15.2.4. IRONIA.....	1399		
15.2.5. HIPÉRBOLE.....	1399		
15.2.6. PROSOPOPEIA OU PERSO- NIFICAÇÃO.....	1399		
15.2.7. APÓSTROFE.....	1399		
15.2.8. GRADAÇÃO.....	1399		
15.3. FIGURAS DE CONSTRUÇÃO OU SINTÁTICAS.....	1399		
15.3.1. ELIPSE.....	1399		
15.3.2. ZEUGMA.....	1399		
15.3.3. SILEPSE.....	1399		
15.3.3.1. SILEPSE DE GÊNE- RO.....	1399		
		★ BIBLIOGRAFIA.....	1406
		DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS.....	1407
		<i>Henrique da Rosa Ziesemer</i>	
		TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1407

✦	QUESTÕES	1409			
1.	DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.....	1409			
1.1.	DIREITO À SAÚDE.....	1442			
1.2.	DIREITO DO IDOSO.....	1448			
1.3.	DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	1450			
1.4.	DIREITO À EDUCAÇÃO.....	1456			
1.5.	MOBILIDADE URBANA.....	1456			
2.1.2.	AÇÕES GOVERNAMENTAIS.....	1482			
2.1.3.	MODALIDADES DE ATENDIMENTO.....	1482			
2.2.	ENTIDADES DE ATENDIMENTO AO IDOSO.....	1483			
2.3.	FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO.....	1483			
2.4.	CONSELHOS NACIONAL, ESTADUAIS, DO DISTRITO FEDERAL E MUNICIPAIS DO IDOSO.....	1483			
2.5.	ESTRATÉGIA BRASIL AMIGO DA PESSOA IDOSA.....	1484			
3.	ACESSO À JUSTIÇA.....	1485			
3.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1485			
3.2.	MINISTÉRIO PÚBLICO.....	1485			
4.	CRIMES.....	1485			
✦	DICAS	1460			
✦	SÚMULAS APLICÁVEIS	1468			
✦	STJ	1468			
✦	STF	1468			
	ESTATUTO DO IDOSO	1469			
	<i>Dailson Soares de Rezende</i>				
	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1469			
✦	QUESTÕES	1471			
1.	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	1471			
2.	DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	1472			
3.	POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO IDOSO... ..	1476			
4.	ACESSO À JUSTIÇA.....	1477			
✦	DICAS (RESUMO)	1479			
1.	DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	1479			
1.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1479			
1.2.	DIREITO À VIDA.....	1479			
1.3.	DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE.....	1479			
1.4.	ALIMENTOS.....	1479			
1.5.	DIREITO À SAÚDE.....	1479			
1.6.	EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.....	1480			
1.7.	PROFISSIONALIZAÇÃO E TRABALHO.....	1480			
1.8.	ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	1480			
1.9.	HABITAÇÃO.....	1481			
1.10.	TRANSPORTE.....	1481			
2.	POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO IDOSO... ..	1482			
2.1.	POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO	1482			
2.1.1.	DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO.....	1482			
	DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	1487			
	<i>Dailson Soares de Rezende</i>				
	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1487			
✦	QUESTÕES	1489			
1.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1489			
2.	DIREITOS.....	1491			
3.	DA POLÍTICA NACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA (LEI Nº 7.853/89. E DECRETO Nº 3.298/99).....	1496			
4.	DA PROTEÇÃO E DOS DIREITOS DAS PESSOAS PORTADORAS DE TRANSTORNOS MENTAIS E DO MODELO ASSISTENCIAL EM SAÚDE MENTAL (LEI Nº 10.216/2001)... ..	1497			
✦	DICAS	1499			
1.	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	1499			
2.	DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO.....	1500			
3.	DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	1501			
3.1.	NOÇÕES GERAIS.....	1501			
3.2.	DO DIREITO À VIDA.....	1502			
3.3.	DO DIREITO À HABILITAÇÃO E À REABILITAÇÃO.....	1503			
3.4.	DO DIREITO À SAÚDE.....	1503			
3.5.	DO DIREITO À EDUCAÇÃO.....	1504			
3.6.	DO DIREITO À MORADIA.....	1505			
3.7.	DO DIREITO AO TRABALHO.....	1505			

3.8. DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	1506	10.2. ACESSO AO TRABALHO.....	1517
3.9. DO DIREITO À PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	1507	11. ATENDIMENTO E ACESSIBILIDADE.....	1517
3.10. DO DIREITO À CULTURA, AO ESPORTE, AO TURISMO E AO LAZER.....	1508	11.1. ATENDIMENTO PRIORITÁRIO.....	1517
3.11. DO DIREITO AO TRANSPORTE E À MOBILIDADE.....	1509	11.2. ACESSIBILIDADE.....	1518
4. DA ACESSIBILIDADE.....	1510	11.2.1. DISPOSIÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE.....	1518
4.1. NOÇÕES GERAIS.....	1510	11.2.2. ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA.....	1518
4.2. DO ACESSO À INFORMAÇÃO E À COMUNICAÇÃO.....	1510	11.2.2.1. ELEMENTOS DA URBANIZAÇÃO.....	1518
4.3. DA TECNOLOGIA ASSISTIVA.....	1511	11.2.2.2. ACESSIBILIDADE NOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS OU DE USO COLETIVO.....	1518
4.4. DO DIREITO À PARTICIPAÇÃO NA VIDA PÚBLICA E POLÍTICA.....	1511	11.2.3. ACESSIBILIDADE AOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES COLETIVOS.....	1519
4.5. DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	1512	12. A PROTEÇÃO E OS DIREITOS DAS PESSOAS PORTADORAS DE TRANSTORNOS MENTAIS E O MODELO ASSISTENCIAL EM SAÚDE MENTAL.....	1519
5. DO ACESSO À JUSTIÇA.....	1512	13. PENSÃO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS AOS PORTADORES DA DEFICIÊNCIA FÍSICA CONHECIDA COMO SÍNDROME DA TALIDOMIDA.....	1519
6. DOS CRIMES E DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	1514	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS.....	1520
7. DO CADASTRO NACIONAL DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (CADASTRO-INCLUSÃO).....	1514	✦ STJ.....	1520
8. DO COMPARECIMENTO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA PERANTE OS ÓRGÃOS PÚBLICOS.....	1515	ACESSO AO TRABALHO.....	1520
9. POLÍTICA NACIONAL.....	1515	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....	1520
9.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1515		
9.2. OBJETIVOS.....	1515		
9.3. DOS ASPECTOS INSTITUCIONAIS..	1515		
10. EQUIPARAÇÃO DE OPORTUNIDADES.....	1517		
10.1. ACESSO À EDUCAÇÃO.....	1517		

DIREITO PENAL	27	19. MEDIDAS DE SEGURANÇA	110
Rogério Sanches Cunha		20. AÇÃO PENAL	113
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	27	21. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	114
		21.1. PRESCRIÇÃO.....	116
✦ QUESTÕES.....	29	22. CRIMES CONTRA A PESSOA.....	121
1. CRIMINOLOGIA	29	22.1. HOMICÍDIO	121
2. PRINCÍPIOS.....	31	22.2. INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO OU AUXÍLIO A SUICÍDIO	127
3. LEI PENAL.....	35	22.3. ABORTO.....	128
4. LEI PENAL NO ESPAÇO	39	22.4. LESÃO CORPORAL	129
5. LUGAR DO CRIME.....	41	22.5. PERIGO PARA A VIDA OU A SAÚDE DE OUTREM	130
6. CONFLITO APARENTE DE NORMAS.....	41	22.6. OMISSÃO DE SOCORRO.....	130
7. DO CRIME	42	22.7. RIXA.....	131
7.1. CLASSIFICAÇÃO DE CRIMES	42	22.8. CRIMES CONTRA A HONRA.....	131
7.2. SUJEITOS DO CRIME.....	45	22.9. CONSTRANGIMENTO ILEGAL.....	133
7.3. TEORIA DO DELITO.....	45	22.10. SEQUESTRO E CÁRCERE PRIVADO	135
7.4. RELAÇÃO DE CAUSALIDADE	55	23. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.....	135
7.5. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	58	23.1. FURTO	135
7.6. ARREPENDIMENTO POSTERIOR.....	63	23.2. FURTO DE COISA COMUM.....	138
7.7. CRIME IMPOSSÍVEL.....	64	23.3. ROUBO	139
7.8. DOLO	65	23.4. EXTORSÃO.....	141
7.9. CULPA.....	66	23.5. DANO.....	141
7.10. ERRO	68	23.6. APROPRIAÇÃO INDÉBITA.....	142
7.11. EXCLUSÃO DA ILICITUDE.....	74	23.7. ESTELIONATO	142
8. CULPABILIDADE.....	79	23.8. RECEPÇÃO.....	143
8.1. EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE.....	82	23.9. ESCUSAS ABSOLUTÓRIAS.....	145
9. CONCURSO DE PESSOAS	84	24. CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MOR- TOS.....	146
10. REGIME DE PENA	90	25. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL ..	147
11. DETRAÇÃO.....	91	25.1. ESTUPRO	147
12. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....	92	25.2. ESTUPRO DE VULNERÁVEL	149
13. PENA DE MULTA.....	93	25.3. VIOLAÇÃO SEXUAL MEDIANTE FRAUDE	151
14. APLICAÇÃO DA PENA.....	94	25.4. ASSÉDIO SEXUAL.....	152
15. CONCURSO DE CRIMES	103	25.5. CORRUPÇÃO DE MENORES.....	153
16. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA.....	107		
17. LIVRAMENTO CONDICIONAL.....	107		
18. EFEITOS DA CONDENAÇÃO	109		

25.6. FAVORECIMENTO DA PROSTITUIÇÃO OU DE OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE OU DE VULNERÁVEL	153	36.4. LEI DE DROGAS	183
25.7. CASA DE PROSTITUIÇÃO	154	36.5. LICITAÇÃO	188
26. CRIMES CONTRA A FAMÍLIA	155	36.6. FALÊNCIA	189
27. INCÊNDIO	157	36.7. ORDEM TRIBUTÁRIA E ECONÔMICA E RELAÇÕES DE CONSUMO	189
28. EXPLOSÃO	157	36.8. PROTEÇÃO A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS	190
29. PERIGO DE INUNDAÇÃO	158	36.9. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	190
30. ENVENENAMENTO DE ÁGUA POTÁVEL OU DE SUBSTÂNCIA ALIMENTÍCIA OU MEDICINAL	158	36.10. CRIMES HEDIONDOS	192
31. CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA	159	36.11. CRIME ORGANIZADO	193
32. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO	160	36.12. CONSUMIDOR	195
33. USO DE DOCUMENTO FALSO	161	36.13. PLANEJAMENTO FAMILIAR	196
34. FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO	161	36.14. CRIMES DE RESPONSABILIDADE ...	196
35. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	162	36.15. CRIMES AMBIENTAIS	197
35.1. TEMAS DIVERSOS	162	36.16. JUIZADOS ESPECIAIS	199
35.2. PECULATO	163	36.17. LEI MARIA DA PENHA	200
35.3. PECULATO MEDIANTE ERRO DE OUTREM	165	36.18. LAVAGEM DE DINHEIRO	202
35.4. PECULATO ELETRÔNICO	165	36.19. EXECUÇÃO PENAL	203
35.5. CONCUSSÃO	167	36.20. GENOCÍDIO	207
35.6. EXCESSO DE EXAÇÃO	168	36.21. CRIMES RESULTANTES DE PRECONCEITO DE RAÇA OU DE COR ...	208
35.7. CORRUPÇÃO PASSIVA	168		
35.8. CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA .	169	✦ DICAS (RESUMO)	210
35.9. USURPAÇÃO DE FUNÇÃO PÚBLICA	169	1. NOÇÕES GERAIS DE DIREITO PENAL	210
35.10. DESOBEDIÊNCIA	169	2. FONTES DO DIREITO PENAL	210
35.11. TRÁFICO DE INFLUÊNCIA	170	3. INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL	211
35.12. CORRUPÇÃO ATIVA	171	4. TEORIA GERAL DA NORMA PENAL	211
35.13. SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	172	5. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO	212
35.14. AUTOACUSAÇÃO FALSA	172	6. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO	213
35.15. FALSO TESTEMUNHO	172	7. EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO AS PESSOAS	214
35.16. COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO	174	8. EFICÁCIA DA SENTENÇA ESTRANGEIRA, CONTAGEM DE PRAZO, CONFLITO APARENTE DE NORMAS	215
36. LEGISLAÇÃO ESPECIAL	175	9. DO CRIME	216
36.1. TORTURA	175	10. <i>ITER CRIMINIS</i>	223
36.2. ARMA DE FOGO	177	11. CONCURSO DE PESSOAS	225
36.3. CRIMES DE TRÂNSITO	180	12. TEORIA GERAL DAS PENAS	227
		13. AÇÃO PENAL	234
		14. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	236
		15. CRIMES CONTRA A PESSOA	239

16. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.....	247	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	312
17. CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	257	LEI Nº 9.099/95.....	312
18. CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS.....	258	CRIMES CONTRA O SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES.....	312
19. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL..	259	CRIMES DE TRÂNSITO.....	312
20. PROMOÇÃO DE MIGRAÇÃO ILEGAL.....	264	ARMAS DE FOGO.....	312
21. CRIMES CONTRA A FAMÍLIA.....	265	LEI MARIA DA PENHA.....	312
22. CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA.....	265	LEI DE DROGAS.....	313
23. CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA.....	267	✦ STF.....	313
24. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA.....	268	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO.....	313
25. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	270	EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS.....	313
26. LEIS ESPECIAIS.....	284	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	313
✦ SÚMULAS APLICÁVEIS.....	309	CONCURSO DE PESSOAS.....	313
✦ STJ.....	309	APLICAÇÃO DA PENA.....	313
EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO.....	309	PENA DE MULTA.....	313
APLICAÇÃO DA PENA.....	309	AÇÃO PENAL.....	313
PENA DE MULTA.....	310	PRESCRIÇÃO.....	313
CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE.....	310	ROUBO.....	313
FURTO.....	310	ESTELIONATO.....	313
PRESCRIÇÃO.....	310	USO DE DOCUMENTO FALSO.....	314
ROUBO.....	310	CRIMES DE RESPONSABILIDADE.....	314
EXTORSÃO.....	310	EXECUÇÃO PENAL.....	314
ESTELIONATO.....	310	CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA.....	314
CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	311	LEI Nº 9.099/95.....	314
ESTUPRO DE VULNERÁVEL.....	311	CRIMES DE TRÂNSITO.....	314
FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO.....	311	LEI DE DROGAS.....	314
USO DE DOCUMENTO FALSO.....	311	DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	315
FALSA IDENTIDADE.....	311	<i>Ricardo Silveira</i>	
CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	311	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	315
CONTRABANDO E DESCAMINHO.....	311	✦ QUESTÕES.....	317
FALSO TESTEMUNHO.....	311	1. PRINCÍPIOS E GARANTIAS.....	317
LEIS ESPECIAIS.....	311	2. NORMA PROCESSUAL PENAL E SUA APLICAÇÃO.....	325
CONTRAVENÇÕES PENAIS.....	311	3. INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS.....	326
CRIMES DE RESPONSABILIDADE.....	311	4. AÇÃO PENAL.....	341
EXECUÇÃO PENAL.....	311	4.1. AÇÃO PENAL PÚBLICA.....	341
		4.2. AÇÃO PENAL PRIVADA.....	351

5. AÇÃO CIVIL <i>EX DELICTO</i>	356	10. PROVAS.....	530
6. COMPETÊNCIA.....	358	11. SENTENÇA.....	534
7. QUESTÕES PREJUDICIAIS, EXCEÇÕES E INCIDENTES.....	373	12. PROCEDIMENTOS.....	536
8. CITAÇÃO, INTIMAÇÕES E CONTAGEM DE PRAZOS.....	379	12.1. PROCEDIMENTOS COMUNS ORDINÁRIO E SUMÁRIO.....	536
9. PROVAS.....	383	12.2. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO (LEI Nº 9.099/1995).....	538
10. SENTENÇA.....	402	12.3. PROCEDIMENTO DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	540
11. PROCEDIMENTOS.....	406	12.4. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DO CPP E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL ESPECIAL.....	543
11.1. PROCEDIMENTOS COMUNS ORDINÁRIO E SUMÁRIO.....	406	13. NULIDADES.....	547
11.2. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO (LEI Nº 9.099/1995).....	415	14. RECURSOS.....	548
11.3. PROCEDIMENTO DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	421	15. <i>HABEAS CORPUS</i>	550
11.4. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DO CPP E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL ESPECIAL.....	437	16. MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS.....	550
12. NULIDADES.....	450	17. MEDIDAS CAUTELARES REAIS.....	555
13. RECURSOS.....	457	18. EXECUÇÃO PENAL.....	555
14. REVISÃO CRIMINAL.....	469	19. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL.....	558
15. <i>HABEAS CORPUS</i> E MANDADO DE SEGURANÇA.....	472	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS.....	560
16. MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS.....	476	✦ STF.....	560
17. MEDIDAS CAUTELARES REAIS.....	493	PRINCÍPIOS E GARANTIAS.....	560
18. EXECUÇÃO PENAL.....	495	INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS.....	560
✦ DICAS (RESUMO).....	504	AÇÃO PENAL.....	561
1. PRINCÍPIOS E GARANTIAS.....	504	COMPETÊNCIA.....	561
DECRETO 678/1992 (CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS).....	504	CITAÇÃO, INTIMAÇÕES E CONTAGEM DE PRAZOS.....	561
2. NORMA PROCESSUAL PENAL E SUA APLICAÇÃO.....	507	PROCEDIMENTOS.....	561
3. JUIZ DAS GARANTIAS.....	508	PROVAS.....	562
4. INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS.....	509	SENTENÇA.....	562
5. AÇÃO PENAL.....	513	NULIDADES.....	562
6. AÇÃO CIVIL <i>EX DELICTO</i>	519	RECURSOS.....	562
7. COMPETÊNCIA.....	520	REVISÃO CRIMINAL.....	564
8. QUESTÕES PREJUDICIAIS, EXCEÇÕES E INCIDENTES.....	526	<i>HABEAS CORPUS</i> E MANDADO DE SEGURANÇA.....	564
9. CITAÇÃO, INTIMAÇÃO E CONTAGEM DE PRAZOS.....	528	MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS.....	564
		EXECUÇÃO PENAL.....	564

✦ STJ	565	6.3. SUJEITO ATIVO.....	603
INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS	565	6.4. SUJEITO PASSIVO.....	604
AÇÃO PENAL	565	7. SOLIDARIEDADE. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA PASSIVA. DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. DENÚNCIA ESPONTÂNEA.....	605
COMPETÊNCIA.....	565	7.1. SOLIDARIEDADE	605
CITAÇÃO, INTIMAÇÕES E CONTAGEM DE PRAZOS	566	7.2. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA PASSIVA	605
PROCEDIMENTOS.....	566	7.3. DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO.....	607
NULIDADES.....	566	7.4. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.....	607
RECURSOS	566	7.5. DENÚNCIA ESPONTÂNEA	617
<i>HABEAS CORPUS</i> E MANDADO DE SEGURANÇA	567	8. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. LANÇAMENTO. SUSPENSÃO, EXCLUSÃO E EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.	618
MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS	567	8.1. CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	618
EXECUÇÃO PENAL	567	8.2. LANÇAMENTO.....	619
DIREITO TRIBUTÁRIO.....	569	8.3. SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	624
<i>Harrison Leite e Thiana Cairo</i>		8.4. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	629
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	569	8.4.1. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	632
✦ QUESTÕES.....	571	8.4.2. REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO	634
1. TRIBUTO. ESPÉCIES.....	571	8.5. EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	635
1.1. TAXAS.....	571	9. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	641
2. DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR: PRINCÍPIOS E IMUNIDADES	572	10. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA. FISCALIZAÇÃO. DÍVIDA ATIVA. CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL	642
2.1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS.....	572	10.1. FISCALIZAÇÃO.....	642
2.2. IMUNIDADES.....	585	11. IMPOSTOS FEDERAIS.....	643
3. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO	588	12. IMPOSTOS ESTADUAIS E DISTRITAIS	644
3.1. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	589	13. IMPOSTOS MUNICIPAIS E DISTRITAIS.....	654
3.2. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA.....	590	14. REPARTIÇÃO DE RECEITA TRIBUTÁRIA.....	657
3.3. NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO.....	592	15. ILÍCITO PENAL TRIBUTÁRIO	658
4. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E EFICÁCIA.....	593	16. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	664
5. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	597	17. PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.....	664
6. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. FATO GERADOR. SUJEITO ATIVO. SUJEITO PASSIVO....	598	18. PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO.....	665
6.1. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	598	18.1. EXECUÇÃO FISCAL.....	667
6.2. FATO GERADOR.....	602		

18.2. MEDIDA CAUTELAR FISCAL.....	669	2.6.1. CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO.....	693
19. SIMPLES NACIONAL.....	670	2.6.2. EXCLUSÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	693
✦ DICAS (RESUMO).....	672	2.7. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	698
1.1. TRIBUTO. ESPÉCIES.....	672	2.7.1. GARANTIAS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	698
1.1.1. IMPOSTOS.....	673	2.7.2. PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	700
1.1.2. TAXAS.....	674	2.8. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA. FISCALIZAÇÃO. DÍVIDA ATIVA. DAS CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL.....	701
1.1.2.1. TAXA X TARIFA.....	675	2.8.1. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	701
1.1.3. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.....	676	2.8.2. DÍVIDA ATIVA.....	701
1.1.4. EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS.....	676	2.8.3. DAS CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL.....	702
1.1.5. CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS.....	676	2.9. IMPOSTOS FEDERAIS.....	704
1.1.5.1. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	676	2.10. IMPOSTOS ESTADUAIS E DISTRITAIS.....	706
2.1. DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR: PRINCÍPIOS E IMUNIDADES.....	677	2.11. IMPOSTOS MUNICIPAIS E DISTRITAIS.....	707
2.1.1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS.....	677	2.12. REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS.....	713
2.1.2. IMUNIDADES.....	680	2.13. PROCESSO TRIBUTÁRIO.....	715
2.2. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E EFICÁCIA.....	681	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS.....	719
2.2.1. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA.....	681	✦ STF.....	719
2.2.2. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E EFICÁCIA.....	682	TRIBUTO. ESPÉCIES.....	719
2.3. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	684	TAXAS.....	719
2.4. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. FATO GERADOR. SUJEITO ATIVO E PASSIVO. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA.....	687	CONTRIBUIÇÕES.....	719
2.4.1. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. FATO GERADOR.....	687	DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR: PRINCÍPIOS E IMUNIDADES.....	720
2.4.2. SUJEITOS ATIVO E PASSIVO.....	689	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS.....	720
2.4.3. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA.....	689	IMUNIDADES.....	720
2.5. SOLIDARIEDADE. DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. DENÚNCIA ESPONTÂNEA.....	689	CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	720
2.5.1. SOLIDARIEDADE.....	689	ISENÇÃO.....	720
2.5.2. DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO.....	690	DEPÓSITO.....	720
2.5.3. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.....	690	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	721
2.5.4. DENÚNCIA ESPONTÂNEA (ART. 138. CTN).....	692	IMPOSTOS FEDERAIS.....	721
2.6. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. LANÇAMENTO. SUSPENSÃO, EXCLUSÃO E EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	693	IOF.....	721
		IPI.....	721
		IR.....	721

IMPOSTOS ESTADUAIS.....	721	CRÉDITO TRIBUTÁRIO: CONSTITUIÇÃO, GARANTIAS, PRIVILÉGIOS, SUSPENSÃO, EXCLUSÃO E EXTINÇÃO	727
ICMS.....	721	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	728
ITCMD.....	721	PROCESSO TRIBUTÁRIO	729
IMPOSTOS MUNICIPAIS.....	721	DIREITO EMPRESARIAL.....	731
IPTU.....	721	<i>Estefânia Rossignoli</i>	
ISS	722	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	731
ITBI	722	✦ QUESTÕES.....	733
PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO.....	722	1. EMPRESÁRIO.....	733
✦ STJ	722	2. PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....	734
TAXAS.....	722	3. SOCIEDADES EM GERAL.....	734
SIMPLES.....	722	4. SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPA- ÇÃO.....	734
CONTRIBUIÇÕES.....	722	5. SOCIEDADE EM COMUM.....	735
CRÉDITO TRIBUTÁRIO	722	6. SOCIEDADE LIMITADA	736
DEPÓSITO.....	722	6.1. ADMINISTRAÇÃO.....	736
REPETIÇÃO DO INDÉBITO.....	722	6.2. DELIBERAÇÃO DE SÓCIOS.....	737
REFIS	723	6.3. REGÊNCIA SUPLETIVA	738
COMPENSAÇÃO	723	7. SOCIEDADE ANÔNIMA	738
RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. DENÚNCIA ESPONTÂNEA.....	723	8. SOCIEDADE COOPERATIVA.....	738
IMPOSTOS FEDERAIS	723	9. FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRE- SAS	739
IOF	723	9.1. ASPECTOS GERAIS	739
IPI	723	9.2. RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	742
IR	723	9.3. CONVOLAÇÃO DE RECUPERAÇÃO EM FALÊNCIA	743
IMPOSTOS ESTADUAIS.....	724	9.4. FALÊNCIA	743
ICMS.....	724	10. TÍTULOS DE CRÉDITO	748
IPVA.....	724	10.1. ASPECTOS GERAIS	748
IMPOSTOS MUNICIPAIS.....	724	10.2. ENDOSSO.....	749
IPTU.....	724	10.3. AVAL.....	750
ISS	724	10.4. DUPLICATA.....	750
CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA.....	725	11. CONTRATOS EMPRESARIAIS.....	751
PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO.....	725	✦ DICAS (RESUMO)	754
✦ CARF – CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS	725	1. TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESA- RIAL	754
TRIBUTOS EM ESPÉCIE	725	1.1. TEORIA GERAL DA EMPRESA.....	754
SUJEITOS (ATIVO/PASSIVO), RESPONSABILI- DADE, CAPACIDADE E DOMICÍLIO TRIBUTÁ- RIO.....	727	1.2. A EMPRESA E O EMPRESÁRIO.....	754

1.3.	DO CONCEITO DE EMPRESA.....	754	3.4.4.	PROTESTO.....	773
1.4.	DO EMPRESÁRIO	754	3.5.	PRESCRIÇÃO.....	775
1.5.	EMPRESÁRIO INDIVIDUAL	755	3.6.	AÇÕES CAMBIAIS	776
1.6.	DA EIRELI (EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA).....	755	3.7.	TÍTULOS DE CRÉDITO RURAL.....	776
1.7.	DO ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL, CLIENTELA E AVIAMENTO.....	756	3.8.	TÍTULOS DE CRÉDITO INDUSTRIAL.....	776
1.7.1.	TRESPASSE.....	757	3.9.	TÍTULOS DE FINANCIAMENTO COMERCIAL.....	776
1.8.	NOME EMPRESARIAL	758	3.10.	TÍTULOS DE GARANTIA IMOBILIÁRIA.....	776
2.	DIREITO SOCIETÁRIO	760	3.11.	CONHECIMENTO DE DEPÓSITO E WARRANT	776
2.1.	SOCIEDADES SIMPLES OU EMPRESÁRIAS	760	4.	CONTRATOS EMPRESARIAIS.....	776
2.2.	SOCIEDADES NÃO PERSONIFICADAS	760	4.1.	NOÇÕES GERAIS.....	776
2.2.1.	DA SOCIEDADE EM COMUM/IRREGULAR/DE FATO.....	761	4.2.	CONTRATOS EM ESPÉCIE	777
2.2.2.	DA SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO.....	761	4.2.1.	COMPRA E VENDA MERCANTIL	777
2.3.	DAS SOCIEDADES PERSONIFICADAS.....	761	4.2.2.	COMPRA E VENDA INTERNACIONAL	777
2.3.1.	SOCIEDADES EMPRESÁRIAS	761	4.2.3.	VENDA SOBRE DOCUMENTOS.....	777
2.4.	DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DAS SOCIEDADES EMPRESÁRIAS	765	4.2.4.	CONTRATO DE FORNECIMENTO	777
2.5.	SOCIEDADES COOPERATIVAS.....	766	4.2.5.	GESTÃO DE NEGÓCIOS	777
2.6.	SOCIEDADES DEPENDENTES DE AUTORIZAÇÃO	766	4.2.6.	TRANSPORTE DE COISAS E DE PESSOAS.....	777
2.7.	DA TRANSFORMAÇÃO, DA INCORPORAÇÃO, DA FUSÃO, DA CISÃO E COLIGAÇÃO SOCIETÁRIA	767	4.2.7.	MANDATO MERCANTIL.....	778
2.8.	DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO DA SOCIEDADE	768	4.2.8.	FIANÇA.....	778
2.9.	DA NACIONALIDADE DA SOCIEDADE.....	769	4.2.9.	AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO	778
3.	TÍTULOS DE CRÉDITO	769	4.2.10.	CORRETAGEM.....	778
3.1.	CARACTERÍSTICAS.....	769	4.2.11.	REPRESENTAÇÃO COMERCIAL	778
3.2.	PRINCÍPIOS INFORMADORES.....	770	4.2.12.	COMISSÃO	779
3.3.	TÍTULOS DE CRÉDITO EM ESPÉCIE	770	4.2.13.	FRANQUIA	779
3.4.	ATOS CAMBIAIS.....	772	4.2.14.	DEPÓSITO MERCANTIL	779
3.4.1.	ACEITE	772	4.2.15.	CONTRATOS BANCÁRIOS..	779
3.4.2.	AVAL.....	772	4.2.15.1.	CONTA CORRENTE.....	779
3.4.3.	ENDOSSO.....	772	4.2.15.2.	MÚTUO MERCANTIL.....	779
			4.2.15.3.	DEPÓSITO PECUNIÁRIO.....	780
			4.2.15.4.	ANTECIPAÇÃO BANCÁRIA.....	780

4.2.15.5. DESCONTO BAN- CÁRIO.....	780	5.2.3. CRÉDITOS SUJEITOS À RECUPERAÇÃO	784
4.2.15.6. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO.....	780	5.2.4. PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL..	785
4.2.15.7. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉ- DITO.....	780	5.2.5. CONVOLAÇÃO EM FALÊN- CIA.....	785
4.2.15.8. OPERAÇÕES DE CUSTÓDIA DE VALORES E TÍTU- LOS.....	780	5.3. RECUPERAÇÃO JUDICIAL ESPE- CIAL.....	786
4.2.16. SEGURO	780	5.4. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL ...	786
4.2.17. CONTRATO DE CÂMBIO.....	781	5.5. FALÊNCIA.....	787
4.2.18. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA.....	781	5.5.1. INCIDÊNCIA DA LEI	787
4.2.19. ARRENDAMENTO MER- CANTIL (<i>LEASING</i>).....	781	5.5.2. ÓRGÃOS DA FALÊNCIA.....	787
4.2.20. CONTRATO DE GARAGEM OU ESTACIONAMENTO	781	5.5.2.1. ADMINISTRADOR JUDICIAL	787
4.2.21. FATURIZAÇÃO.....	781	5.5.2.2. ASSEMBLEIA DE CREDORES.....	787
4.2.22. CONTRATOS DE PROPRIE- DADE INDUSTRIAL.....	782	5.5.2.3. COMITÊ DE CRE- DORES	787
4.2.23. LICENÇA DE “SOFTWARE”...	782	5.5.3. EFEITOS DA FALÊNCIA.....	787
4.2.24. CONTRATOS DE ENGENHA- RIA (“ENGINEERING”).....	782	5.5.3.1. EFEITOS DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA QUANTO AO FALIDO.....	787
4.2.25. FUNDO DE INVESTI- MENTO	782	5.5.3.2. EFEITOS DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA QUANTO AOS CREDORES.....	787
5. FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESA...	783	5.5.3.3. EFEITOS DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA QUANTO AOS CONTRATOS.....	788
5.1. ASPECTOS GERAIS	783	5.5.4. PROCESSO DE FALÊNCIA...	788
5.1.1. APLICABILIDADE DA LEI	783	5.6. PEDIDOS DE RESTITUIÇÃO.....	788
5.1.2. COMPETÊNCIA.....	783	5.7. INEFICÁCIA E REVOGAÇÃO DE ATOS PRATICADOS ANTES DA FALÊNCIA.....	789
5.1.3. INTERVENÇÃO DO MINIS- TÉRIO PÚBLICO.....	783	5.8. REALIZAÇÃO DO ATIVO.....	789
5.1.4. VERIFICAÇÃO E HABILITA- ÇÃO DOS CRÉDITOS CON- CURSAIS.....	783	5.9. CLASSIFICAÇÃO E PAGAMENTO DOS CREDORES.....	789
5.1.5. ADMINISTRADOR JUDI- CIAL	783	5.10. ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA	790
5.1.6. ASSEMBLEIA DE CREDO- RES	784	5.11. EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO.....	790
5.1.7. COMITÊ DE CREDORES.....	784		
5.2. RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	784		
5.2.1. COMPETÊNCIA.....	784		
5.2.2. LEGITIMADOS	784		

6. PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....	790	5. ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS: SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – SNUC. BIOMA MATA ATLÂNTICA. GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS.....	809
6.1. PATENTES.....	790	6. RECURSOS FLORESTAIS. CÓDIGO FLORESTAL (LEI 12.651/2012).....	814
6.1.1. INVENÇÃO	791	7. RECURSOS HÍDRICOS	818
6.1.2. MODELO DE UTILIDADE....	791	8. RESÍDUOS SÓLIDOS. AGROTÓXICOS. SANEAMENTO BÁSICO	820
6.2. MARCAS.....	792	9. ESTATUTO DA CIDADE. POLÍTICA URBANA. PARCELAMENTO DO SOLO URBANO. PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.....	826
6.3. DESENHOS INDUSTRIAIS	794	10. PATRIMÔNIO GENÉTICO. ENGENHARIA GENÉTICA. DIVERSIDADE BIOLÓGICA	829
7. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL – SFN...	795		
8. O REGIME DE INTERVENÇÃO, O REGIME DE ADMINISTRAÇÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA E A LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	796		
8.1. REGIME DE INTERVENÇÃO	796		
8.2. REGIME DE ADMINISTRAÇÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA.....	796		
8.3. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	796		
9. DEFESA DA CONCORRÊNCIA.....	797		
9.1. SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA – SBDC.....	797		
9.2. LIVRE INICIATIVA E LIVRE CONCORRÊNCIA.....	797		
9.3. CONCORRÊNCIA EMPRESARIAL.....	797		
9.4. INFRAÇÕES DA ORDEM ECONÔMICA.....	797		
10. ARBITRAGEM (LEI Nº 9.307/1996)	798		

DIREITO AMBIENTAL 801

Romeu Thomé

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	801
---------------------------------------	-----

✦ QUESTÕES..... 803

1. PRINCÍPIOS DE DIREITO AMBIENTAL.....	803	5. ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS: SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – SNUC. BIOMA MATA ATLÂNTICA. GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS.....	833
2. DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIAS AMBIENTAIS LEGISLATIVA E MATERIAL. ARTIGO 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.	803	6. RECURSOS FLORESTAIS. CÓDIGO FLORESTAL (LEI 12.651/2012).....	834
3. POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE. LICENCIAMENTO AMBIENTAL. ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	806	7. RECURSOS HÍDRICOS	835
4. RESPONSABILIDADES CIVIL, ADMINISTRATIVA E PENAL EM MATÉRIA AMBIENTAL.....	807	8. RESÍDUOS SÓLIDOS. AGROTÓXICOS. SANEAMENTO BÁSICO	835
		9. ESTATUTO DA CIDADE. POLÍTICA URBANA. PARCELAMENTO DO SOLO URBANO. PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.....	836
		10. PATRIMÔNIO GENÉTICO. ENGENHARIA GENÉTICA. DIVERSIDADE BIOLÓGICA	837

✦ DICAS (RESUMO) 831

1. PRINCÍPIOS DE DIREITO AMBIENTAL.....	831
2. DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIAS AMBIENTAIS LEGISLATIVA E MATERIAL. ARTIGO 225.....DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	831
3. POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE. LICENCIAMENTO AMBIENTAL. ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	832
4. RESPONSABILIDADES CIVIL, ADMINISTRATIVA E PENAL EM MATÉRIA AMBIENTAL.....	832

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	839	2.1. DIREITO À VIDA E À SAÚDE.....	893
Luciano Alves Rossato		2.2. DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE.....	894
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	839	2.3. DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA.....	894
✦ QUESTÕES.....	841	2.4. DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO, AO DESPORTO.....	896
1. MINISTÉRIO PÚBLICO.....	841	2.5. DIREITO FUNDAMENTAL À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO.....	896
2. DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL.....	846	3. NORMAS DE PREVENÇÃO À LESÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	896
3. DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA E À SAÚDE.....	849	3.1. DA AUTORIZAÇÃO PARA VIAJAR...	896
4. DIREITO AO RESPEITO E À LIBERDADE.....	850	4. ATO INFRACIONAL, MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E APURAÇÃO.....	897
5. DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA.....	851	4.1. DO ATO INFRACIONAL.....	897
6. DO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO, AO LAZER E AO DESPORTO.....	862	4.2. DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....	897
7. DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO.....	863	4.3. DA APURAÇÃO DO ATO INFRACIONAL PRATICADO POR ADOLESCENTE.....	898
8. DAS MEDIDAS PROTETIVAS.....	864	5. DO CONSELHO TUTELAR.....	900
9. DO ATO INFRACIONAL E DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....	867	6. DOS RECURSOS.....	900
10. DO PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DO ATO INFRACIONAL.....	873	7. DOS PROCEDIMENTOS DO ESTATUTO.....	901
11. DA REMISSÃO.....	875	7.1. DO PROCEDIMENTO PARA APURAÇÃO DO ATO INFRACIONAL.....	901
12. DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO.....	876	7.2. DO PROCEDIMENTO PARA A PERDA E SUSPENSÃO DO PODER FAMILIAR.....	901
13. RECURSOS.....	877	7.3. DO PROCEDIMENTO PARA COLOCAÇÃO EM FAMÍLIA SUBSTITUTA...	901
14. DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM.....	879	7.4. DO PROCEDIMENTO PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	901
15. DOS CONSELHOS DE DIREITOS.....	880	8. DOS CRIMES TIPIFICADOS NO ESTATUTO...	901
16. DO CONSELHO TUTELAR.....	880	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS.....	902
17. DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE...	882	✦ STJ.....	902
18. DOS CRIMES TIPIFICADOS NO ESTATUTO...	883	DIREITO DO CONSUMIDOR.....	905
19. DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	883	Lucas de Souza Lehfeld	
20. INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS.....	884	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	905
21. INVESTIGAÇÃO DO DESAPARECIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	884		
22. LEI 12.594/2012.....	884		
23. INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	890		
✦ DICAS (RESUMO).....	892		
1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	892		
1.1. DEFINIÇÃO DE CRIANÇA E DE ADOLESCENTE.....	892		
2. DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	893		

✦ QUESTÕES.....	907	3. DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS, DA PREVENÇÃO E DA REPARAÇÃO DOS DANOS.....	932
1. O CONSUMIDOR NAS RELAÇÕES DE CONSUMO	907	3.1. DA QUALIDADE E SEGURANÇA DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	932
1.1. ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO CDC..	910	3.2. DA RESPONSABILIDADE PELO FATO E VÍCIO DO PRODUTO E DO SERVIÇO.....	933
2. DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC) E DOS SEUS DIREITOS BÁSICOS	911	3.3. DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO (PRAZOS E GARANTIAS).....	934
3. DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS, DA PREVENÇÃO E DA REPARAÇÃO DOS DANOS.....	914	3.4. DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	935
3.1. DA PROTEÇÃO À SAÚDE E SEGURANÇA	914	3.5. DOS BANCOS DE DADOS E CADASTRO DE CONSUMIDORES.....	935
3.2. DA RESPONSABILIDADE PELO FATO E POR VÍCIO DO PRODUTO E DO SERVIÇO.....	914	4. DAS PRÁTICAS COMERCIAIS.....	936
3.3. DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO (PRAZOS E GARANTIAS).....	919	4.1. DA OFERTA E DA PUBLICIDADE.....	936
3.4. DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	920	4.2. DAS PRÁTICAS ABUSIVAS	936
4. DAS PRÁTICAS COMERCIAIS.....	920	4.2.1. DA OBRIGATORIEDADE DO ORÇAMENTO	937
4.1. DA OFERTA E DA PUBLICIDADE.....	921	5. DA PROTEÇÃO CONTRATUAL	938
4.2. DAS PRÁTICAS ABUSIVAS	922	5.1. DA REVISÃO CONTRATUAL	938
4.3. DA COBRANÇA DE DÍVIDAS E DOS BANCOS DE DADOS E CADASTROS DE CONSUMIDORES.....	923	5.2. O DIREITO DE ARREPENDIMENTO	938
5. DA PROTEÇÃO CONTRATUAL	924	5.3. DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS	938
5.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	924	5.4. DOS CONTRATOS DE ADESÃO.....	939
5.2. DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS	925	5.5. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS...	940
6. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	925	6. DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO	940
7. DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO	927	6.1. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA	940
7.1. DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA	928	6.2. TUTELA COLETIVA DO CONSUMIDOR.....	942
8. DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	928	7. DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	942
9. DA CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO	929	8. DA CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO	943
10. DAS INFRAÇÕES PENAIS NO CDC	930	9. INFRAÇÕES PENAIS NO CDC	943
✦ DICAS (RESUMO)	931	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	944
1. O CONSUMIDOR NAS RELAÇÕES DE CONSUMO	931	1. DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)	944
2. DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)	931	✦ STJ	944
		2. DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS, DA PREVENÇÃO E DA REPARAÇÃO DOS DANOS.....	944

2.1. DA RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO PRODUTO E DO SERVIÇO.....	944	1.1. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	949
✦ STJ	944	1.2. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EXPLÍCITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	950
2.2. DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO (PRAZOS E GARANTIAS).....	944	1.3. DEMAIS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	958
✦ STJ	944	2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR.....	960
3. DAS PRÁTICAS COMERCIAIS.....	944	2.1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	960
3.1. DA PUBLICIDADE.....	944	2.1.1. NOÇÕES GERAIS	960
✦ STJ	944	2.1.2. CONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO. CENTRALIZAÇÃO.....	968
3.2. DAS PRÁTICAS ABUSIVAS	944	2.1.3. ADMINISTRAÇÃO DIRETA.....	969
✦ STJ	944	2.1.4. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	970
3.3. DA COBRANÇA DE DÍVIDAS E DOS BANCOS E DADOS E CADASTROS DE CONSUMIDRES	945	2.2. TERCEIRO SETOR	980
✦ STJ	945	3. AGENTES PÚBLICOS.....	985
4. DA PROTEÇÃO CONTRATUAL	945	3.1. NOÇÕES GERAIS	985
4.1. DA REVISÃO CONTRATUAL	945	3.2. NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	993
✦ STJ	945	3.2.1. ACESSO AOS CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS.....	993
4.2. DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS	945	3.2.2. SISTEMA REMUNERATÓRIO	1007
✦ STJ	945	3.2.3. DIREITOS SOCIAIS DO SERVIDOR PÚBLICO.....	1009
5. DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO.	946	3.2.4. PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO.....	1010
✦ STJ	946	4. PODERES E DEVERES ADMINISTRATIVOS....	1011
✦ STF	946	4.1. PODERES ADMINISTRATIVOS.....	1011
DIREITO ADMINISTRATIVO	947	4.1.1. PODERES VINCULADO, DISCRICIONÁRIO, HIERÁRQUICO E DISCIPLINAR	1011
<i>Fábio Goldfinger</i>		4.1.2. PODER REGULAMENTAR ...	1012
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	947	4.1.3. PODER DE POLÍCIA	1013
✦ QUESTÕES	949	4.2. ABUSO DE PODER	1019
1. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	949	5. ATO ADMINISTRATIVO.....	1021
		5.1. NOÇÕES GERAIS	1021
		5.2. ELEMENTOS OU REQUISITOS.....	1026
		5.3. ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS.....	1028
		5.4. CLASSIFICAÇÃO.....	1029

5.5. ESPÉCIES	1032	11.2.4. TOMBAMENTO E OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA	1129
5.6. EXTINÇÃO E CONVALIDAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO	1033	11.2.5. DESAPROPRIAÇÃO.....	1132
6. PROCESSO ADMINISTRATIVO	1042	12. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	1145
6.1. CONCEITO E PRINCÍPIOS	1042	12.1. INTRODUÇÃO, CONCEITO E TEORIAS	1145
6.2. PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL: LEI Nº 9.784/99.....	1044	13. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1155
7. LICITAÇÃO	1051	13.1. NOÇÕES PRELIMINARES.....	1155
7.1. NOÇÕES GERAIS	1051	13.2. CONTROLE ADMINISTRATIVO	1158
7.2. DISPENSA E INEXIGIBILIDADE	1067	13.3. CONTROLE LEGISLATIVO	1164
7.3. MODALIDADES E PROCEDIMENTO.....	1074	13.4. CONTROLE JUDICIAL	1166
7.4. ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO	1084	14. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	1167
8. CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	1086	14.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1167
8.1. INTRODUÇÃO E CONCEITO.....	1086	14.2. ATOS DE IMPROBIDADE: MODALIDADES E SANÇÕES	1172
8.2. FORMALIZAÇÃO, DURAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO	1090	14.3. PROCEDIMENTO	1177
8.3. EXTINÇÃO DO CONTRATO	1097	15. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	1188
9. SERVIÇOS PÚBLICOS	1097	15.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1188
9.1. NOÇÕES GERAIS	1097	16. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS FEDERAIS	1192
9.2. CLASSIFICAÇÃO	1100	16.1. DISPOSIÇÕES GERAIS: LEI Nº 8.112/90.....	1192
9.3. PRINCÍPIOS.....	1101		
9.4. COMPETÊNCIA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	1102	★ DICAS (RESUMOS)	1195
9.5. CONCESSÃO E PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	1103	1. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1195
9.6. PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP).....	1109	1.1. REGIME JURÍDICO	1195
10. BENS PÚBLICOS.....	1115	1.2. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EXPLÍCITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1197
10.1. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	1115	1.3. DEMAIS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1199
10.2. REGIME JURÍDICO	1120	2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR.....	1200
10.3. USO DE BEM PÚBLICO POR PARTICULAR.....	1124	2.1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1200
11. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE	1126	2.1.1. NOÇÕES GERAIS	1200
11.1. NOÇÕES GERAIS	1126	2.1.2. CONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO. CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	1200
11.2. MODALIDADES.....	1126	2.1.3. ADMINISTRAÇÃO DIRETA.	1201
11.2.1. LIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	1126	2.1.4. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1201
11.2.2. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA	1127		
11.2.3. REQUISICÃO ADMINISTRATIVA	1128		

2.2.	TERCEIRO SETOR	1212	9.1.	NOÇÕES GERAIS	1238
3.	AGENTES PÚBLICOS	1212	9.2.	CLASSIFICAÇÃO	1239
3.1.	NOÇÕES GERAIS	1212	9.3.	PRINCÍPIOS	1239
3.2.	REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	1217	9.4.	CONCESSÃO E PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	1240
3.3.	DIREITOS SOCIAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS	1218	9.5.	PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA	1243
3.4.	REGIME PREVIDENCIÁRIO DO SERVIDOR PÚBLICO	1218	10.	BENS PÚBLICOS	1244
4.	PODERES E DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1219	10.1.	CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	1244
4.1.	DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1219	10.2.	REGIME JURÍDICO	1245
4.2.	PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1219	10.3.	USO DO BEM PÚBLICO PELO PARTICULAR	1246
4.2.1.	PODER VINCULADO, DISCRICIONÁRIO, HIERÁRQUICO E DISCIPLINAR	1220	11.	INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA	1246
4.2.2.	PODER REGULAMENTAR ...	1221	11.1.	NOÇÕES GERAIS	1246
4.2.3.	PODER DE POLÍCIA	1222	11.2.	MODALIDADES	1247
4.3.	ABUSO DE PODER	1223	11.2.1.	LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA	1247
5.	DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	1223	11.2.2.	SERVIDÃO ADMINISTRATIVA	1247
5.1.	REQUISITOS E CARACTERÍSTICAS ...	1223	11.2.3.	REQUISICÃO ADMINISTRATIVA	1247
5.2.	CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	1224	11.2.4.	OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA ...	1248
5.3.	ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS	1227	11.2.5.	TOMBAMENTO	1248
5.4.	EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	1229	11.2.6.	DESAPROPRIAÇÃO	1249
6.	PROCESSO ADMINISTRATIVO	1231	12.	RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO ...	1252
6.1.	NOÇÕES GERAIS	1231	12.1.	INTRODUÇÃO E CONCEITO	1252
6.2.	PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL	1231	12.2.	TEORIAS	1252
7.	LICITAÇÃO	1232	12.3.	RESPONSABILIDADE DO ESTADO BRASILEIRO	1253
7.1.	NOÇÕES GERAIS	1232	13.	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1255
7.2.	PRINCÍPIOS	1233	13.1.	NOÇÕES PRELIMINARES	1255
7.3.	PROCEDIMENTO	1233	13.2.	CONTROLE ADMINISTRATIVO	1255
7.4.	DISPENSA E INEXIGIBILIDADE	1235	13.3.	CONTROLE LEGISLATIVO	1255
7.5.	ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO	1235	13.4.	CONTROLE JUDICIAL	1257
8.	CONTRATO ADMINISTRATIVO	1235	13.4.1.	MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO	1257
8.1.	NOÇÕES GERAIS	1235	13.4.2.	AÇÃO POPULAR	1259
8.2.	ESPÉCIES	1235	13.4.3.	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	1260
8.3.	CARACTERÍSTICAS	1235	13.4.4.	MANDADO DE INJUNÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVO ...	1265
9.	SERVIÇO PÚBLICO	1238	14.	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1266

14.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1266
14.2. ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: MODALIDADES E SANÇÕES.....	1267
14.3. PROCEDIMENTO.....	1271
15. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.....	1274
15.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1274
15.2. PLANEJAMENTO.....	1274
15.3. RECEITA PÚBLICA E DESPESA PÚBLICA.....	1275
15.4. TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO.....	1275

✦ SÚMULAS APLICÁVEIS 1279

1. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1279
2. ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR.....	1279
3. AGENTES PÚBLICOS.....	1280
4. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA....	1282
5. ATOS ADMINISTRATIVOS.....	1282
5.1. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS...	1282
6. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	1282
6.1. SERVIÇO PÚBLICO.....	1283
7. LICITAÇÕES.....	1283
8. BENS PÚBLICOS.....	1286
9. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA.....	1286
10. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO ...	1287
11. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1288
12. SÚMULAS CONTROLE JUDICIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: MANDADO DE SEGURANÇA.....	1288
13. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	1289

CRIMINOLOGIA 1291

Ricardo Silveiras

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1291
---------------------------------------	------

✦ QUESTÕES 1293

1. ESCOLAS E TEORIAS CRIMINOLÓGICAS ...	1293
2. DIREITO PENAL DO INIMIGO.....	1300

✦ DICAS (RESUMO) 1303

1. PRINCIPAIS ESCOLAS E TEORIAS CRIMINOLÓGICAS.....	1303
2. DIREITO PENAL DO INIMIGO.....	1305

DIREITO ELEITORAL 1307

Jaime Barreiros Neto

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1307
---------------------------------------	------

✦ QUESTÕES 1309

1. DIREITO ELEITORAL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	1309
2. SISTEMAS ELEITORAIS.....	1311
3. PARTIDOS POLÍTICOS.....	1312
3.1. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PARTIDOS POLÍTICOS.....	1312
3.2. FILIAÇÃO PARTIDÁRIA.....	1314
3.3. FINANÇAS E CONTABILIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS.....	1315
3.4. COLIGAÇÕES ELEITORAIS.....	1315
4. ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL..	1316
5. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.....	1317
6. ALISTAMENTO ELEITORAL E AQUISIÇÃO DA CAPACIDADE POLÍTICA.....	1319
6.1. ALISTAMENTO ELEITORAL.....	1319
6.2. NACIONALIDADE E DIREITOS POLÍTICOS.....	1320
7. CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS E REGISTRO DE CANDIDATURAS.....	1321
8. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE E CAUSAS DE INELEGIBILIDADES.....	1322
8.1. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE. ...	1322
8.2. CAUSAS DE INELEGIBILIDADE.....	1325
9. ARRECADAÇÃO DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS.....	1328
10. PROPAGANDA ELEITORAL.....	1329
11. ORGANIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES, DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS E GARANTIAS ELEITORAIS.....	1334
11.1. ORGANIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES.....	1334
11.2. NULIDADES NAS ELEIÇÕES.....	1337

11.3. GARANTIAS ELEITORAIS.....	1338	9. ARRECADAÇÃO DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS.....	1380
12. ABUSO DE PODER E CONDUTAS VEDADAS EM CAMPANHAS ELEITORAIS.....	1338	10. PROPAGANDA ELEITORAL E PESQUISAS ELEITORAIS.....	1387
13. AÇÕES E RECURSOS ELEITORAIS.....	1343	11. ORGANIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES E DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS.....	1393
13.1. AÇÕES ELEITORAIS EM GERAL.....	1343	12. CONDUTAS VEDADAS EM CAMPANHAS ELEITORAIS E ABUSO DE PODER.....	1396
13.2. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO.....	1345	13. AÇÕES E RECURSOS ELEITORAIS.....	1397
14. CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL.....	1346	13.1. AÇÕES ELEITORAIS.....	1397
14.1. CRIMES ELEITORAIS.....	1346	13.2. RECURSOS ELEITORAIS.....	1401
14.2. PROCESSO PENAL ELEITORAL.....	1350	14. CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL.....	1404
✦ DICAS (RESUMO).....	1353	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS.....	1413
1. DIREITO ELEITORAL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	1353	✦ STF.....	1413
2. OS SISTEMAS ELEITORAIS.....	1353	✦ STJ.....	1413
3. PARTIDOS POLÍTICOS.....	1358	✦ TSE.....	1413
4. JUSTIÇA ELEITORAL.....	1367		
5. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.....	1369		
6. CAPACIDADE POLÍTICA E ALISTAMENTO ELEITORAL.....	1370		
7. CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS E REGISTRO DE CANDIDATURAS.....	1373		
8. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE E CAUSAS DE INELEGIBILIDADE.....	1375		